



**Congresso dos
Bancários,
Financiários e
Cooperavitários**

24 de novembro de 2018

UNIDADE NA LUTA

Caderno de Teses

**Sindicato dos
Bancários 
Campinas e Região**



**Congresso dos
Bancários,
Financiários e
Cooperavitários**

24 de novembro de 2018

UNIDADE NA LUTA ***Caderno de Teses***

**Sindicato dos
Bancários CUT
Campinas e Região**

Índice

| | |
|--|----|
| Programação | 05 |
| Tese Unidade Sindical | 06 |
| Tese Eduardo Tomoharu Chaves Kimpara | 28 |
| Regimento | 34 |

Programação

24 de Novembro (sábado)

| | | | |
|----------|--|-------|---|
| 8h às 9h | Café Credenciamento | 13h | Almoço |
| 9h | Painel 1 Perspectivas econômicas. Expositor: Prof. Dr. Waldir Quadros , Instituto de Economia da Unicamp e Facamp. | 14h30 | Painel 2 Novas tecnologias (Indústria 4.0) e as mudanças no mundo do trabalho; em especial no sistema financeiro. Expositor: Prof. Dr. Davi Antunes , economista, Facamp. |
| 9h30 | Debate | 15h | Debate |
| 10h | Abertura | 16h | Encerramento. |
| 10h30 | Plenária geral: apresentação, defesa e votação das teses inscritas, alterações estatutárias e resoluções. | | |

Tese da Diretoria do Sindicato dos Bancários, Financeiros e Cooperativários de Campinas e Região

Unidade Sindical

Em defesa da democracia.

Em defesa dos direitos dos trabalhadores

O Brasil vive hoje uma escalada de ameaças à democracia, assiste ao crescimento de uma onda populista conservadora, que traz em sua crista um discurso de extrema direita. O resultado poderá ser a erosão dos valores e regras da democracia. A diretoria do Sindicato reafirma seu compromisso de lutar em defesa das instituições democráticas, da liberdade de pensamento, de expressão, de opinião e de organização. Reafirma também sua disposição de lutar em defesa dos direitos humanos, dos direitos políticos, da diversidade, da tolerância, da civilidade, de uma sociedade inclusiva e igualitária. A diretoria do Sindicato é contra a desigualdade, a miséria, o autoritarismo e o obscurantismo, que visa tão somente cercear, sitiar, destruir a democracia.

A diretoria do Sindicato reafirma ainda a luta permanente, a mobilização contra os ataques aos direitos dos trabalhadores. Em nome da “Modernização da Legislação Trabalhista”, o governo recém-eleito anuncia a criação da “nova carteira de trabalho verde e amarela”, com prevalência de acordos individuais com os patrões sobre a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). É a inclusão pela rendição, a precarização regulamentada. E a modernização às avessas, com sinal trocado, prevê a extinção ou fusão do Ministério do Trabalho.

Vamos à luta.

Novembro de 2018

A diretoria

Sumário

A presente tese tem como preocupação apreender, ainda que forma resumida, os principais determinantes e desdobramentos da presente situação socioeconômica do país, da dinâmica do setor bancário e dos condicionantes internacionais que impactam a conjuntura nacional, de modo a auxiliar as reflexões necessárias à construção das ações do Sindicato dos Bancários, Financiários e Cooperativários de Campinas e Região para a categoria.

Inicialmente é importante ressaltar que desde os anos 1950, embora de forma muito desigual, grandes parcelas da sociedade brasileira passam a ter acesso a melhoria substantivas nas condições de vida (emprego formal, assistência à saúde, educação, habitação, energia e outras) e que tais conquistas sociais também ganham paulatinamente um amparo legal, sobretudo quando são incorporados na Constituição de 1988. No momento atual, a crise brasileira sustou os avanços sociais que estavam em curso e em diversos aspectos a situação agravou-se, tal como se observa na baixa de qualidade no ensino público, nas condições limitadas e precárias de atendimento à saúde, na insegurança e violência urbana, no descontrole ambiental, no ressurgimento da fome e assim por diante. Particularmente em relação ao emprego, há um grave quadro de mais 11,9% desempregados no Brasil, representando um contingente de 12,5 milhões de trabalhadores. Além disso, conforme o IBGE, existem hoje 65,6 milhões de pessoas que não trabalham e não procuram emprego e entre os 92,6 milhões de pessoas ocupadas, 43% delas (39,7 milhões de pessoas), trabalham sem carteira de trabalho.

O momento é difícil e de muita complexidade, mas é necessário pensar o futuro do país pela ótica do trabalho, dos trabalhadores e dos movimentos organizados que defendem seus interesses. A recente Reforma Trabalhista, junto com a Carteira de Trabalho Verde Amarela do governo recém-eleito, “vendidas” à sociedade como um avanço em defesa dos interesses dos trabalhadores, nada mais é de que um grande retrocesso nos direitos trabalhistas e na proteção social, uma imitação tardia das relações de trabalho dos EUA. Na essência, tais medidas operam para dificultar a organização dos trabalhadores, buscando a desarticulação da vida sindical e do seu potencial de ajudar enfrentar as grandes questões nacionais pela ótica do trabalho. Nessas condições, uma entre tantas tarefas da luta sindical presente e futura será a atualização dos modos de articulação dos trabalhadores, contemplando formas de atuação robustas e a busca continuada de novos parâmetros para manter os trabalhadores organizados na luta por seus interesses, via sindicatos.

Deste modo, enfocaremos um conjunto de ques-

tões estruturais no cenário nacional como internacional. Abordaremos:

- a) a disputa entre as grandes potências pela hegemonia mundial, em especial o acirramento das tensões entre EUA e China, seja no campo financeiro, com a dinamização de instituições e instrumentos financeiros para projetos que exigem grande volume de recursos (Rota da Seda), seja no campo militar e no estreitamento das relações militares entre China e Rússia;
- b) o aumento da competição econômica dos EUA com o resto mundo através da substituição de acordos multilaterais por acordos bilaterais, que podem se desdobrar numa guerra comercial e trazer efeitos nocivos como outra crise de grave proporções;
- c) o crescimento de movimentos nacionalistas conservadores no mundo em oposição aos interesses globalizados, esses identificados como responsáveis pelo desemprego e redução de renda em países da Europa e EUA. Tudo isso, destacamos, simultaneamente à imposição de barreiras a entrada de imigrantes, que também são identificados como responsáveis pela piora nas condições de renda e qualidade de vida dos países;
- d) o crescimento mundial decorrente da expansão chinesa, do déficit público dos EUA e do crescimento de parte da economia europeia, principalmente da Alemanha, que tiraram a economia internacional do fosso da crise 2008. Nessa circunstância, notamos que o problema brasileiro é não termos aproveitado de forma ampla a situação mais favorável dos negócios mundiais, mas ao contrário, estarmos afundados numa crise profunda e ainda sem perspectivas de recuperação. Lembramos ainda que se mantida a perspectiva de “guerra econômica” dos EUA com o mundo é possível ser bem curto o período de recuperação econômica, surgindo aí outra recessão mundial de consequências ainda piores para os brasileiros;
- e) o ciclo da 4ª Revolução Industrial em curso, que está transformando de forma muito profunda a produção, os mercados e as relações de trabalho. Ressaltamos que esse processo conforma uma situação muito delicada para o Brasil, pois entramos em nova fase transformadora da produção sem que os marcos característicos da etapa anterior tenham sido concluídas; tais como, a criação de um amplo mercado de consumo interno com distribuição de renda, enquanto as mudanças tecnológicas apontam hoje para uma fortíssima redução do emprego nas formas atualmente conhecidas. Ademais, os impactos das mudanças tecnológicas tem se dado não apenas na eliminação, mas também no sentido de flexibilização das formas de trabalho, na redução da duração de contratos e na contração da renda, tensionando ainda mais as lutas por direitos trabalhistas, salários e proteção social;
- f) a dinâmica econômica interna, na qual destaca-se a crescente importância do setor primário exportador, a perda relativa do peso da indústria no desenvolvimento do país e o papel dos bancos públicos e privados no movimento da economia nacional. Frisamos o papel estratégico dos bancos públicos, oferecendo melhores condições de crédito e possibilitando o financiamento

de longo prazo para áreas econômicas estratégicas, em contraponto aos abusos e visão de curto prazo do setor privado. Entretanto, também alertamos que dado o atual contexto liberal-privatista do novo governo eleito, o tamanho e papel dos bancos públicos certamente será colocado em xeque;

- g) o sistema bancário nacional e seus elementos centrais quanto a organização, concentração, mudanças tecnológicas, empregos e salários. Em primeiro lugar, ressaltamos que os bancos brasileiros têm posição destacada no plano mundial e que a concentração e elevada lucratividade do setor se mantiveram nos últimos anos, a despeito da crise interna (os *spreads* continuaram elevados, evidenciando que o sistema financeiro nacional não vem cumprindo um bom papel no desenvolvimento, encarecendo o acesso ao crédito para consumo e produção). Em segundo lugar, destacamos os grandes investimentos em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), o crescimento do banco digital e das modalidades virtuais e móveis de transações bancárias, e com isso também o fortalecimento dos novos concorrentes diretos dos bancos tradicionais (fundos de pensão, *fintechs* e outros). Por fim, em relação a situação do trabalho nos bancos, apontamos a redução dos postos de trabalho e salários, a menor remuneração do trabalho feminino, a substituição dos bancários com mais idade por pessoas mais jovens e o crescimento das doenças e acidentes do trabalho. Também ressaltamos que os deslocamentos no número e tipo de empregos gerados, sobretudo em função das mudanças tecnológicas e da entrada das *startups* no setor, vem pulverizando o emprego bancário, o que traz desafios maiores para representar os trabalhadores, que tendem a ficar cada vez mais isolados, com diferentes identidades coletivas de classe.

Panorama internacional

1 - Vetores da atual fase de internacionalização

As dinâmicas econômicas, políticas e sociais que formam o tecido da sociedade, apresentam alguns vetores que se sobressaem a outros e demarcam com mais força as condições de existência do presente. Assim, do ponto de vista do contexto internacional atual, alguns processos e acontecimentos merecem atenção especial pelas implicações ou consequências que produzem. Destacam-se aqui, em termos geopolíticos, a intensificação da disputa militar e política entre EUA, China e Rússia pela liderança do sistema mundial e os novos tensionamentos políticos e sociais trazidos pelo movimento de ascensão de nacionalismos de cunho conservador e do xenofobismo em diversas partes do mundo; o aprofundamento da financeirização de capitais, com o crescente predomínio do capital financeiro sobre a economia e a política mundial, que reflete-se também em uma concentração de riqueza em escala até então não conhecida; a emergência de uma nova onda indus-

trial e tecnológica (denominada 4.0) e o concomitante movimento de precarização das formas de trabalho; o agravamento da crise climática/ambiental; e a crise migratória e social em todos os continentes que deriva dos processos anteriores e que também se reflete e alimenta em guerras e outros agudos conflitos sociais.

A compreensão dos efeitos e desdobramentos da financeirização da economia sobre a sociedade global vem sendo desenvolvida há vários anos e é consenso a percepção de que as finanças dominam e impõe suas condições sobre o conjunto das atividades econômicas. As crescentes transferências de recursos das esferas produtivas para o setor financeiro, diminuindo o ritmo de crescimento e o volume de emprego, a desregulamentação de mercados, o inchaço de riqueza em paraísos fiscais, a formação de bolhas financeiras, desconectadas da dinâmica econômica real ou as devastadoras crises e ataques especulativos à moedas nacionais são alguns dos elementos mais marcantes desta nova fase de hegemonia das finanças na economia. O cenário de hipertrofia do setor financeiro e toda a fragilidade sistêmica dos países e governos frente às crises e movimentações do capital financeiro ficam ilustradas, por exemplo, na recente crise argentina (que elevou a taxa de juros doméstica para dramáticos 60% a.a. para atrair os investidores estrangeiros) ou no atual estoque de 540 trilhões de dólares em derivativos emitidos em todo mundo, de acordo com o Banco de Compensações Internacionais (BIS), algo equivalente a 7,5 vezes a estimativa do PIB mundial (US\$ 75 trilhões), “(...) *circulando pelas praças financeiras globais e sem nenhum controle ou garantia de pagamento para os possuidores de tais títulos*”¹.

Ao lado das alterações no plano financeiro estão as transformações no contexto geopolítico e o questionamento da hegemonia norte-americana no palco mundial. Embora conformem uma rede complexa de relações, com vários nuances e interesses cruzados entre si, nota-se uma disputa no campo político militar entre China (sobretudo no domínio do espaço indo-pacífico) e Rússia (com sua aspiração à superpotência e controle de seu entorno) com relação aos EUA. Tal disputa e tensão foi expressa recentemente em um grande exercício militar conjunto dos dois países e no reforço de suas relações bilaterais de defesa e de cooperação estratégica. Esse processo aponta para a conformação de um cenário mundial multipolar, enfrentado com agressividade pelo governo norte-americano. Há pouco tempo se anunciou como novo foco da política de segurança nacional a “competição entre grandes potências”, no lugar antes ocupado pelo combate ao terrorismo, e, con-

1 KLIASS, P. “A dominância do financismo”. Portal Vermelho, mar., 2018. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/308982-1>. Acesso em: 20.06.2018.

juntamente, foi apresentada uma proposta de aumento de mais de 20% para o orçamento da defesa para o ano de 2019, chegando-se à previsão de gasto de esbozantes US\$ 716 bilhões². Ademais, a diplomacia do governo Trump tem trabalhado na direção de reafirmar a posição internacional destacada dos EUA frente ao resto do mundo, posicionando-se contra as políticas e acordos de consenso entre as nações, a exemplo do rompimento de compromissos multilaterais do Acordo de Paris, do Nafta, da Parceria Transpacífico, do acordo nuclear com o Irã e a Otan, além da retirada da representação do país no Conselho de Direitos Humanos da ONU (feita logo após a pressão internacional sofrida pelo governo americano pela política de contenção e de “caça aos imigrantes ilegais”).

De maneira articulada com a questão geopolítica, no plano político-econômico a hegemonia do dólar e da economia norte-americana também vem sendo abalada em várias frentes. A economia chinesa desponta hoje como a grande beneficiada do processo de globalização produtiva e financeira impulsionado pelos EUA, o que por sua vez alimenta as aspirações chinesas no contexto econômico internacional. Além de possuir 3 trilhões de dólares como reservas, o capital chinês vêm adquirindo diversas empresas e propriedades em todo o mundo, em ritmo acelerado. A recente criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (em inglês AIIB)³, com controle chinês da maior parte de seu capital fundante (de US\$ 100 bilhões), também representa mais um passo de seu empoderamento na estrutura financeira internacional. Além disso, o dólar vem sendo contornado como moeda de troca em diversos acordos comerciais bilaterais⁴ e em contratos alternativos no mercado de petróleo (via petro-yuan), ao mesmo tempo em que o controle das redes financeiras mundiais pelos EUA começa a ser “burlado” por meio de programas alternativos ao SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*, a principal rede global de troca de “mensagens financeiras” entre os principais bancos centrais e também internacionais)⁵.

A reação dos EUA, neste caso, vem na direção do protecionismo comercial, com a sobretaxa de produ-

tos importados de diversas partes do mundo (particularmente, sobre as mercadorias chinesas), estes identificados agora como os vilões das recentes dificuldades da economia norte-americana⁶. A saída, no entanto, ao invés de promover o crescimento interno dos EUA futuramente poderá levá-lo a uma nova crise, pois os outros países também têm respondido ao protecionismo com aumento das barreiras alfandegárias aos produtos norte-americanos. O fato é que uma ampla guerra comercial poderá facilmente arrastar a economia mundial para uma crise de grandes proporções. Por outro lado, se atualmente o crescimento retornou na economia dos EUA⁷, também nota-se que a sua dívida pública passou de 73% do PIB em 2008 para em 105,4%, em 2017, sinalizando uma trajetória de dificuldades de financiamento que tende a se agravar ao longo do tempo. A médio prazo a posição do país se manterá enquanto os capitalistas mundiais continuarem comprando os títulos do FED (banco central norte-americano), mas até quando parceiros estarão disposto a bancar esse jogo é uma incógnita, principalmente, considerando-se que o peso da economia norte-americana diminuiu e sua liderança tecnológica vem sendo dividida com outras nações.

Outro elemento bastante forte do contexto político internacional atual é dado pela ascensão dos movimentos ultranacionalistas e da xenofobia em diversas partes do mundo, em particular, no hemisfério norte. Por desconhecimento, preconceito e ressentimento, tais movimentos atribuem ao processo de internacionalização socioeconômica a perda de riqueza, renda e emprego dentro dos territórios nacionais, culpando ainda mais diretamente os imigrantes pela redução das oportunidades de trabalho - em geral, pessoas que fogem da miséria e da fome de seus países, assolados pelas crises econômica, social e política, como têm ocorrido com imigrantes da América Central e Caribe para o solo norte-americano; e os imigrantes africanos e os oriundos do Oriente Médio para a Europa. E assim, embo-

2 REIS, S. “China assume parceria militar com a Rússia em resposta ao Ocidente”. *Observatório Político dos Estados Unidos* - OPEU. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2018/05/04/china-assume-parceria-militar-com-a-russia-em-resposta-ao-ocidente/>. Acesso em: 20.06.2018.

3 49 países Assinaram o Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, em especial os BRICs e parceiros extra regionais como Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Austrália.

4 Por exemplo, a União Europeia e o Japão assinaram o Acordo de Associação Econômica, envolvendo, um conjunto que representa 30% do PIB mundial e 40% do comércio global. O acordo elimina as tarifas japonesas sobre queijos e vinhos, respectivamente, de 30% e 15%, e 10% de impostos sobre carros japoneses.

5 Smith, B. “*The World Is Quietly Decoupling From The U.S. - And No One Is Paying Attention*”. Birch Gold Group. Disponível em: <https://www.birchgold.com/news/the-world-is-quietly-decoupling-from-the-us>. Acesso em: 15.07.2018.

6 Um sentimento difuso de insatisfação na sociedade foi explorado pela candidatura Trump, que passou a atribuir à atuação política do governo democrata a facilitação da saída de empresas para outros países e o conseqüente aumento de importações. Desta forma, atribuíram tal estado de coisas ao “inimigo externo” presente no seu território representado produtos importados. A candidatura republicana passou a defender o fim da “invasão estrangeira”, de mercadorias e pessoas, e o fim dos investimentos e empregos gerados no exterior com capitais de empresas norte-americanas, pela concorrência com a produção interna.

7 Em recente revisão do panorama econômico mundial, o FMI projetou o crescimento americano a 2,9% em 2018 - um avanço de 0,2 ponto em relação à previsão que a entidade financeira tinha divulgado em janeiro passado. Para 2019, a instituição previu um crescimento de 2,7%. Conforme o FMI, a reforma fiscal norte-americana de dezembro de 2017, com cortes maciços de impostos às grandes empresas, produzirá 1,2 ponto de crescimento do PIB até 2020. Às reduções tributárias somam-se o forte aumento dos gastos, especialmente, militares, e, a mais longo prazo, em infraestrutura. Portanto, e contrariamente ao que se propugna para os demais países, o déficit público norte-americano continua funcionando de forma anticíclica.

ra totalmente injustas e ineficazes, vão se produzindo drásticas medidas para barrar os fluxos migratórios, tais como, a construção do muro entre o México e EUA, a retenção dos filhos imigrantes detidos ou a criação de cotas de acesso de imigrantes ao território europeu. De todo modo, os matizes do ultranacionalismo, como em outros períodos históricos, surgem e se alimentam dos desencantos e dificuldades geradas no berço dos processos econômicos e de suas crises. No passado, tais forças levaram o mundo a duas Grandes Guerras. Já no momento atual, nos EUA, resultaram na eleição do presidente Trump da mesma forma que na Europa surgem como grande força política dentro do parlamento alemão, no sucesso eleitoral da direita nacionalista na Itália, como centralidade na política da França e na saída de Inglaterra do Mercado Comum Europeu.

Com amplo destaque no contexto internacional contemporâneo também estão as transformações tecnológicas nos processos de produção e de trabalho, comandadas pelos grandes interesses econômicos, que vão amalgamando a chamada 4ª Revolução Industrial, ou simplesmente, Indústria 4.0. São componentes dessa nova onda de transformação algumas tecnologias, processos e conceitos como: digitalização, realidade virtual, a robotização da produção, o uso de big data, computação em nuvem, integração de sistemas, inteligência artificial, internet das coisas, manufatura aditiva (impressora 3D), realidade aumentada, sistemas em tempo real, nanotecnologia, a biotecnologia aplicada produção agrícola e industrial, entre outras. Tratam-se de inúmeros adventos e inovações que ora apresentam-se como redutoras dos postos de trabalho e do tempo de trabalho, ora diminuidoras do tempo de não trabalho dentro das jornadas laborais ou que ainda possibilitam tecnologicamente a criação e expansão do tipo de contrato “zero hora”, também referido como trabalho intermitente⁸. Há assim uma forte tendência para o uso de contratos de trabalho fragmentados e de menor duração, justamente porque as novas tecnologias possibilitam isso, o que consequentemente reduz a renda dos ocupados e aumenta a desigualdade entre os mesmos.

As manifestações dessas mudanças já são percebidas nas altas taxas de desemprego no mundo. Conforme a OIT, nesse ano teremos 200 milhões de desem-

pregados. Ademais, o relatório “‘Futuro do Trabalho: Emprego, Competências e Estratégia da força de trabalho para a Quarta Revolução Industrial’, apresentado na edição deste ano do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, aponta que as tendências atuais podem levar a um impacto líquido de mais de 7,1 milhões postos de trabalho perdidos entre 2015 e 2020 – dois terços dos quais estão concentrados em funções rotineiras de escritório e administração⁹ –, mesmo considerando o ganho estimado de dois milhões de empregos nas áreas de computação, matemática, arquitetura e engenharia¹⁰. São, portanto, transformações no mundo do trabalho em larga escala que modificam rápida e profundamente a própria existência humana no planeta, dado a forma como atualmente se processa¹¹, isto é, no contexto de em um capitalismo globalizado e financeirizado, gerando uma enorme redução do número de empregos, desqualificando e requalificando o trabalho e concentrando mais ainda o capital¹².

Não é de espantar, portanto, que o cenário global delineado até aqui tenha gerado uma extrema concentração de renda e riqueza mundial. Os dados a seguir mostram essa situação:

8 Formas de organização do trabalho e de prestação de serviços que em geral utilizam-se de aplicativos móveis, em que se remunera apenas o período trabalhado contratado (sem contar descansos remunerados, tempos de espera à disposição da empresa, entre outros) sem vínculos formais ou direitos trabalhistas, cujo exemplo mais conhecido é o do Uber, mas que também vem sendo aplicado a várias outras categorias, como trabalho médico, na área de ensino, de cuidados pessoais ou ainda, na versão de atividade de *home-office*. Por consequência, também não há qualquer previsão de quantas horas o empregado irá trabalhar ou de quanto irá ganhar no mês.

9 No setor de serviços as alterações são cada vez mais presentes pela fortíssima redução nos postos de trabalho tradicionais no comércio, em contraponto ao crescimento das transações via *e-commerce*, no setor financeiro particularmente pela presença do banco digital; nos *call-centers* para atendimento a distância; na segurança pública e privada mantida por câmeras e controles de acesso virtuais, entre muitos outros.

10 O relatório do Fórum resulta de uma pesquisa feita pelos 300 maiores empregadores do mundo, responsáveis por 13 milhões de empregos no planeta, chamando atenção para a revolução digital e incentivando os mercados a se prepararem para ela. O relatório analisou 800 profissões em 46 países e constatou que até um terço dos trabalhos atuais poderá ser automatizado daqui a 12 anos. Em países do capitalismo central, como Estados Unidos e Alemanha, entre 23% e 24% dos empregos atuais sofrerão diretamente com a automação. No Japão, esse número pode alcançar 26%. Os países periféricos, que têm menos dinheiro para investir em automação e robótica, não seriam tão afetados até 2030. Na Índia, por exemplo, o impacto se daria apenas sobre 9% dos trabalhos. No Brasil, esse percentual pode chegar a 15%.

11 Neste sentido, é importante ter em mente, como bem colocam Klaus Schwab e Nicholas Davis, o equívoco de duas crenças bastantes presentes em relação à tecnologia: “(...) a primeira é a crença de que a tecnologia determina o futuro. A segunda está ligada à ideia de que ela seja desprovida de valores e, portanto, totalmente influenciada pelo caráter moral dos seus usuários, e não de seus desenvolvedores ou difusores. ‘Os dois argumentos esquecem que tecnologia e sociedade se moldam uma à outra’” in: Fraga, E. “Obra discute os riscos de tecnologia aumentar a desigualdade”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/obra-discute-riscos-de-tecnologia-aumentar-a-desigualdade.shtml>. Acesso em: 30.06.2018.

12 Como capacidade de investir e introduzir inovações não são ampla e algumas empresas, grupos e corporações se adiantam a frente de outros, parte daqueles menos habilitados vendem os negócios ou simplesmente fecham, e desta forma, crescentemente, ocorre a concentração e centralização de capitais. As alterações na base técnica produtiva além de eliminar empresas, limitam a concorrência entre um número reduzido de grandes e gigantes grupos, sempre em busca da diminuição dos custos diretos de produção. As inovações e aumentos de produtividade que se fortalecem nos processos de crescimento econômico, subordinam os mercados ao controle de preços e produtos por um pequeno grupo de empresas.

Relatório sobre a Desigualdade no Mundo/2018

Participação do crescimento global capturado por grupos de renda 1980–2016

| GRUPO DE RENDA | CHINA | EUROPA | ÍNDIA | RÚSSIA | EUA/CANADÁ | MUNDO |
|-----------------|-------|--------|-------|--------|------------|-------|
| População Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Base 50% | 13% | 14% | 11% | -24% | 2% | 12% |
| Meio 40% | 43% | 38% | 23% | 7% | 32% | 31% |
| Topo 10% | 43% | 48% | 66% | 117% | 67% | 57% |
| Topo 1% | 15% | 18% | 28% | 69% | 35% | 27% |
| Topo 0,1% | 7% | 7% | 12% | 41% | 18% | 13% |
| Topo 0,01% | 4% | 3% | 5% | 20% | 9% | 7% |
| Topo 0,001% | 2% | 1% | 3% | 10% | 4% | 4% |

Fonte: WID.world (2017). Ver wir.world/methodology.html para datas da serie e notas

Segundo o estudo do *World Inequality Lab*, “(...) No nível global, o 1% superior capturou 27% do crescimento total - ou seja, duas vezes mais do que a parcela de crescimento capturada pelos 50% mais pobres. Os 0,1% do topo capturaram tanto crescimento quanto a metade inferior da população mundial. Portanto, o crescimento de renda capturado pelos principais ganhadores globais desde 1980 foi muito grande, mesmo se demograficamente eles são um grupo muito pequeno”(tradução livre)¹³. Já em relação à distribuição da renda entre capital e trabalho, aponta-se em estudos recentes do FMI que a participação dos trabalhadores na renda total, que era acima de 50% no começo deste século tenha se reduzido para menos de 40% em 2015, em grande parte em função das mudanças tecnológicas¹⁴. Dessa forma, permanecendo-se as tendências do presente quanto a distribuição de renda e riqueza, projeta-se para o ano de 2050 um quadro de concentração bem maior de riqueza no mundo, graças justamente ao papel da financeirização e das mudanças no mundo do trabalho recentes.

Por fim, colocadas de maneira transversal aos elementos mencionados estão as questões ambientais e sociais, envolvendo enormes desafios políticos para os atores sociais. A enorme expansão do sistema produtivo capitalista globalizado nas últimas décadas também trouxe junto da geração de bens e serviços um perceptível esgotamento dos recursos naturais e o questionamento da capacidade de auto regulação do planeta. O

13 *World Inequality Lab. World Inequality Report 2018*. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/>. Acesso em: 25.06.2018. O relatório é baseado em dados econômicos disponíveis no WID.world, o mais extenso banco de dados sobre a evolução histórica da distribuição mundial de renda e riqueza, dentro e entre países.

14 Doncel, L. “Os problemas que se escondem por trás do pleno emprego nos países ricos”. *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/31/economia/1535734241_019217.html. Acesso em 30.06.2018.

caminho trilhado de crescimento e urbanização apoiado na superutilização do meio ambiente, descuidado da poluição e da degradação dos ecossistemas, é hoje facilmente identificado como a causa do aquecimento global, da destruição maciça de áreas florestais expressivas, da escassez da água, da perda da biodiversidade, da proliferação de doenças causadas pela poluição, entre muitos outros efeitos nocivos à sociedade e ao meio ambiente¹⁵. Ressalta-se que a maioria das mensurações e estimativas sobre a pauta ambiental trazem um quadro alarmante, não apenas pelos dados em si mas também pela lentidão nos esforços de coordenação e implementação de ações para contornar a crise. Naturalmente, os problemas ambientais se relacionam e contribuem, ainda que não exclusivamente, para a enorme crise migratória e humanitária que ocorre em todos continentes. Estima-se em cerca de 65 milhões o número de deslocados no mundo, algo sem precedentes na história e que pela dimensão e complexidade foi reconhecido como problema mundial em 2016 no encontro do chamado G20 (grupo dos ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia).

Se nas ondas e processos de industrialização anteriores as respostas do mundo do trabalho à superexploração e à pobreza foram as lutas por direitos econômicos e sociais - realizadas principalmente, pelos sindicatos e movimentos sociais, do que resultaram importantes e diversas conquistas para a sociedade,

15 Para ilustrar apenas uma parte do cenário, segundo a OMS e a ONU Meio Ambiente 12,6 milhões de pessoas morrem por ano devido aos impactos da poluição do ar, da má qualidade da água e de riscos químicos. Além disso, estima-se que 7,3 milhões de hectares de floresta sejam destruídos a cada ano, assim como se degradada anualmente cerca de 12 milhões de hectares de terras agrícolas.

tais como implantação plena do Estado de Bem-Estar-Social em vários países, atualmente são estas conquistas que estão em jogo. Infelizmente, tudo indica que o mundo tem caminhado na direção oposta à proteção social, ou seja, caminhando para a redução e perdas de direitos, acompanhada de desemprego, da diminuição da renda dos trabalhadores e do aumento da exclusão social. Impõem-se, deste modo, a necessidade de formular alternativas ao contexto atual, com políticas variadas, na área tributária, de regulação econômica, de promoção de emprego, contemplando também programas de renda mínima, ações compensatórias e a criação de formas de ocupação para enfrentar a ociosidade dos trabalhadores e as limitações ou dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte de certas populações. Tais pautas envolvem ainda, de maneira essencial, uma vinculação com os crescentes riscos globais nas áreas sociais e ambientais, tornando mais complexa, porém, cada vez mais necessárias as articulações das lutas sindicais com as demais lutas e demandas da sociedade.

2 - O panorama e as questões nacionais

2.1- Recente crescimento da economia mundial

Como um primeiro elemento para a análise das condições socioeconômicas internas e seus impactos sobre o setor bancário, destaca-se o recente desempenho da economia internacional e suas regiões. Em que pese o soerguimento do movimento nacionalista conservador em muitos locais, como decorrência da crise, o fato é que uma nova onda de crescimento mundial já estava sendo gestada nos últimos anos e não estabelece relação direta com as práticas protecionistas colocadas atualmente, como pode ser observado na tabela a seguir na Carta Conjuntura nº 38, 1º trimestre de 2018, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Crescimento do PIB: observado e projeções do FMI em Janeiro de 2018 (em %)

| Crescimento real do PIB (%) | Média 2000 - 2008 | Média 2009 - 2011 | Média 2012 - 2014 | 2015 | 2016 | 2017 (e) | 2018 (p) | 2019 (p) |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|------|------|----------|----------|----------|
| Mundo | 4,1 | 2,8 | 3,4 | 3,4 | 3,2 | 3,7 | 3,9 | 3,9 |
| Economias desenvolvidas | 2,3 | 0,4 | 1,5 | 2,1 | 1,7 | 2,3 | 2,3 | 2,2 |
| Área do Euro | 2,0 | -0,3 | -0,1 | 2,0 | 1,8 | 2,4 | 2,2 | 2 |
| Reino Unido | 2,7 | -0,4 | 1,6 | 2,2 | 1,9 | 1,7 | 1,5 | 1,5 |
| Estados Unidos | 2,3 | 0,3 | 2,3 | 2,6 | 1,5 | 2,3 | 2,7 | 2,5 |
| Japão | 1,2 | -0,6 | 1,0 | 1,1 | 0,9 | 1,8 | 1,2 | 0,9 |
| Países emergentes e em desenvolvimento | 6,5 | 5,5 | 4,9 | 4,3 | 4,4 | 4,7 | 4,9 | 5,0 |
| Ásia | 8,5 | 8,2 | 6,8 | 6,8 | 6,4 | 6,5 | 6,5 | 6,6 |
| China | 10,4 | 9,7 | 7,7 | 6,9 | 6,7 | 6,8 | 6,5 | 6,6 |
| Índia | 7,0 | 7,5 | 6,3 | 8,0 | 7,1 | 6,7 | 7,4 | 7,8 |
| América Latina e Caribe | 3,7 | 3,0 | 2,4 | 0,1 | -0,7 | 1,3 | 1,9 | 2,6 |
| México | 2,6 | 1,5 | 2,5 | 2,6 | 2,9 | 2,0 | 2,3 | 3,0 |
| Brasil | 3,7 | 3,3 | 1,3 | -3,8 | -3,5 | 1,1 | 1,9 | 2,1 |
| Europa Central e Oriental | 4,7 | 2,0 | 2,4 | 4,7 | 3,2 | 5,2 | 4,0 | 3,8 |
| Rússia | 7,0 | 0,2 | 1,8 | -2,8 | -0,2 | 1,8 | 1,7 | 1,5 |
| Oriente Médio e Norte da África | 5,8 | 4,1 | 3,3 | 2,7 | 4,9 | 2,5 | 3,6 | 3,5 |
| África Subsaariana | 5,8 | 4,5 | 4,9 | 3,4 | 1,4 | 2,7 | 3,3 | 3,5 |
| África do Sul | 4,2 | 1,7 | 2,1 | 1,3 | 0,3 | 0,9 | 0,9 | 0,9 |
| Comércio Internacional - volume | 6,7 | 2,8 | 3,3 | 2,6 | 2,5 | 4,7 | 4,6 | 4,4 |

Fonte FMI

Elaboração: Grupo de Conjuntura do Dimac / Ipea

A tabela mostra a volta de crescimento global e as disparidades no tempo relativas ao desempenho dos países e regiões. Enquanto as taxas de crescimento das economias desenvolvidas encolhiam de 2,3% ao ano, no período de 2000 a 2008, para 0,4% ao ano no intervalo entre 2009 a 2011, na América Latina e Caribe, as taxas foram de 3,7 para 3,0%, respectivamente, nos mesmos períodos. Nos países emergentes e em desenvolvimento, incluindo a China, as taxas passaram de 6,5% a.a. para 5,5% a.a. neste mesmo intervalo. A partir de 2012 -2014, a trajetória de queda do ritmo de crescimento começa a se recompor, com oscilações em 2016, mas já em patamar acima do período 2009-2011. Assim, no caso do PIB mundial, em 2015 já apontava-se um crescimento de 3,4% que eleva-se para 3,7% em 2017 e 3,9% para 2018 e 2019. Na região Latino-americana e Caribenha, no entanto, a taxa de crescimento em 2015 foi de 0,1% e em 2016 atingiu -0,7%, de maneira bem distinta do movimento global. As projeções do FMI para região apontam uma melhora no desempenho regional com 1,3% em 2017, 1,9% para 2018 e 2,6% para 2019, ainda que abaixo do estimado para o restante do mundo.

É, portanto, diante de tal situação internacional que o Brasil e outros países latino-americanos esboçam tentativas de dar sequência aos seus próprios processos de desenvolvimento. Conjunturalmente, há a perspectiva de crescimento global que pode alavancar o desempenho interno de tais países, mas há que se enfrentar também as tendências que se colocam no mercado mundial, quais sejam, de consolidação de acordos econômicos multilaterais entre países e blocos, e de outro lado, de extensão e ampliação das barreiras às exportações e acordos bilaterais. Ademais, a duração do ritmo de expansão econômica está de sobreaviso uma vez que há sinais fortes de elevação da taxa de juros pelo FED e sua manutenção em um patamar mais elevado para os próximos anos, desacelerando o crescimento mundial e atraindo ainda mais o fluxo de capitais internacionais, o que por sua vez dificulta o fechamento das contas externas e o financiamento das dívidas dos países periféricos. Essas questões serão parte importante das condicionantes econômicas externas que o país, e o movimento sindical, estão e continuarão a vivenciar.

Em relação a organização e dinâmica socioeconômica nacional recente destacam-se a seguir uma breve análise dos setores que por seu peso, encadeamento e capacidade de dinamização econômica são principais líderes da estrutura produtiva interna, os setores agro exportador, industrial e financeiro.

2.2 - O setor agroprodutivo exportador

Os condicionantes internacionais para saída da crise do país ganham importância substantiva na medida que o setor exportador de produtos primários e agroindustriais desempenham papel central na economia brasileira. O agronegócio responde hoje por parcela muito importante do PIB (cerca de 20% a 25% conforme dados da Confederação Nacional de Agricultura – CNA), garantindo também grande parte do saldo do comercial positivo da balança comercial¹⁶.

Em relação a pauta de produtos exportados, durante vários anos do último quartel do século XX os itens básicos e os produtos semimanufaturados representaram menos de 50% das exportações, o que demonstrava que o país tinha avançado na oferta ao exterior de produtos manufaturados e/ou industrializados, que geralmente possuem maior valor agregado. A situação se inverte a partir da crise de 2008, com os produtos primários voltando a ter hegemonia na pauta exportadora brasileira. Em 2017, por exemplo, os itens primários responderam por 61% da pauta de exportações e nos últimos três anos, a soja (incluindo a trituração), os minérios de ferro e concentrados e os óleos brutos de petróleo representaram mais de 30% da pauta de exportação. Para situar ainda mais a importância do setor, ressalta-se que a última Pesquisa Industrial Anual – Produto (PIA Produto), realizada pelo IBGE, revelava que entre os 3.400 produtos investigados os quatro principais - isto é, o óleo diesel, as carnes de bovinos frescas ou refrigeradas, o álcool etílico não desnaturado para fins carburantes e os óleos brutos de petróleo - geraram 9,5% da receita das vendas agroindustriais em 2016, que foi de R\$ 2,17 trilhões¹⁷.

O fato é que no presente, as crescentes barreiras alfandegárias interpostas colocadas entre as economias mais desenvolvidas poderão no curto prazo permitir brechas para ampliação das exportações do país na medida que se atenderem as parcelas dos mercados anteriormente supridos pelos produtos norte-americanos, chineses, europeus e outros. Porém, persistindo ou ampliando-se as taxações sobre os fluxos de comércio internacional, o mundo pode caminhar na direção de

¹⁶ A relevância das exportações para economia, entre as quais são preponderantes as mercadorias do agronegócio e os minérios, apresenta-se no exame das transações externas que tiveram saldo positivo na balança de comércio de R\$ 67 bilhões em 2017 e são previstos de US\$ 55,0 bilhões para 2018.

¹⁷ Através da PIA para o ano de 2016, que contém dados regionais com informações sobre as vendas de cerca de 33 mil empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas, dá para se inferir de forma indireta a importância das exportações nas economias regionais, pois boa parte da produção tem destino o mercado externo. Por regiões a situação era a seguinte: o óleo diesel apresentou-se como o principal produto na região Nordeste; no Norte, o minério de ferro o produto mais vendido; no Sudeste, a primeira posição ficou com óleos brutos de petróleo; no Centro-Oeste, carnes de bovinos frescas ou refrigeradas destacaram-se como primeiros produtos nas vendas; e no Sul, carnes e miudezas de aves congeladas lideraram.

uma depressão, com a redução das taxas de crescimento mundial, e as dificuldades de saída da crise serão maiores e muito mais complexas para o país.

De todo modo, é importante ressaltar que o dinamismo econômico do setor agroexportador é apoiado fortemente pela ação do Estado, seja com as pesquisas de modernizações tecnológicas da Embrapa e outras instituições públicas, seja pelo financiamento direcionado via Banco do Brasil e no câmbio. Isso significa que o setor sempre ancorou o desenvolvimento de suas atividades econômicas na esfera política. Não é por outra razão que tanto no passado, desde antes da Constituinte de 1988 até os dias atuais o Movimento Ruralista se consolidou atuando junto ao Congresso e seus parlamentares, a ponto de hoje possuir vinculação de cerca de 200 membros, entre deputados e senadores. E certamente esse grupo terá seus interesses ainda mais fortalecidos a partir do próximo governo da República, na medida em que foram importantes protagonistas da eleição do futuro presidente. Desta forma, poderão manter as pressões na defesa do setor, como as de desvalorização do câmbio e de avanço da fronteira agrícola sobre as áreas de preservação ambiental ou indígena, buscando o aumento da produção e das vantagens cambiais frente ao mercado internacional.

2.3 - A indústria

Diferentemente do setor agro-primário, no período recente a indústria cedeu muito espaço no dinamismo da economia nacional e isso se evidencia tanto sob os aspectos políticos como econômicos. Na política, os dirigentes da indústria que tiveram importante papel na redemocratização do país foram perdendo seu protagonismo, sendo irreconhecíveis na presente fase de internacionalização financeira de viés neoliberal que vivenciamos há mais de três décadas. O debate realizado pelos representantes do setor industrial sobre o desenvolvimento do país foi se reduzindo e se limitando às questões mais diretas e corporativas relacionadas aos setores da indústria, de forma que as lideranças do passado foram substituídas pelos profissionais de lobbie.

Um componente importante deste processo foi sem dúvida a intensa internacionalização do setor que vem puxada pela abertura comercial da década de 1990 e que se manteve ao longo dos anos. Neste sentido, uma pesquisa da *Transactional Track Record* (TTR) para o jornal O Estado de São Paulo mostrou que, de janeiro de 2014 a agosto de 2018, quase 400 empresas brasileiras foram transferidas para o controle de grupos internacionais no país, a um custo de R\$ 133,2 bilhões. Os acionistas norte-americanos, chineses e franceses foram os que mais se beneficiaram nos últimos cinco anos, conforme o estudo, e novas operações envol-

vendo grupos estrangeiros no país devem crescer com perspectiva do novo governo que se propõe a ampliar o grau de abertura da economia brasileira ao exterior, facilitando a presença do capital internacional no país.

Do ponto de vista econômico, a retração do setor no país também se fez acontecer de maneira muito expressiva. O exame da participação da Indústria de Transformação no PIB em alguns anos selecionados revela como após meados dos anos 1980 a queda de participação é constante, chegando-se a valores em 2017 que representam quase metade da importância econômica alcançada anteriormente:

Participação da Indústria de Transformação no PIB (%)

| Ano | (%) |
|------|------|
| 1947 | 12,1 |
| 1952 | 17,4 |
| 1956 | 13,4 |
| 1961 | 16,9 |
| 1964 | 16,5 |
| 1979 | 20,2 |
| 1985 | 21,8 |
| 1990 | 17,7 |
| 1995 | 16,8 |
| 2003 | 16,9 |
| 2011 | 13,9 |
| 2017 | 11,8 |

Fonte: IBGE/DEPECON – FIESP

Para a compreensão desse movimento deve-se chamar atenção aos rumos dados à política industrial brasileira. Ao longo do século XX o processo de industrialização sempre teve forte apoio da ação governamental, essa muitas vezes entendida equivocadamente como intervencionismo estatal, incluindo variados instrumentos de financiamento via BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Bancos Regionais e Estaduais. A indústria também esteve contemplada de forma evidente nos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, nas políticas de substituições às exportações. Com esse universo de ações programadas, a indústria cresceu e se modernizou e com ela o emprego e a renda também se ampliaram, a urbanização avançou, e aconteceu uma melhoria na qualidade de vida da população. Ainda que de forma desigual e concentradora de renda, o país cresceu com o papel estratégico cumprido pelo Estado no dinamismo da indústria, tal

como foi experienciado em diversos outros países do mundo. A partir da ampliação da indústria no país, buscava-se ainda a incorporação do desenvolvimento científico e tecnológico ao espaço nacional, um elemento chave para a futura inserção do Brasil no contexto de concorrência internacional.

No entanto, a partir dos anos noventa houve a abrupta abertura comercial e o parque industrial nacional vai se reduzindo e desestruturando. As políticas para o setor também se transformam e assim, nos anos mais recentes, as iniciativas governamentais de planejamento para o setor foram substituídas principalmente por políticas isoladas de renúncia fiscal. Pode-se citar aqui o caso da indústria automobilística, via o programa Inovar, que em 12 anos gerou a concessão de benefícios fiscais de R\$ 28 bilhões sem que esse montante resultasse de fato na alavancagem da economia e do emprego e nem em um desenvolvimento interno em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Recentemente, o programa de incentivo foi renovado com o nome de Rota 2030, que prevê renúncia fiscal de mais R\$ 22 bilhões até 2030, mas toda a PD&I continua concentrada nos países de origem da indústria. Além disso, conforme o Tribunal de Contas da União (TCU), seis dos principais programas de estímulo à indústria brasileira vão consumir R\$ 52 bilhões em recursos públicos até o fim deste ano, mas estão sendo mantidos sem a garantia de que as contrapartidas em investimentos para o desenvolvimento tecnológico sejam cumpridas¹⁸.

18 Os programas são:

a) **Lei de Informática Nacional**

- Benefício: redução ou isenção de IPI.
- Contrapartida: investir anualmente no mínimo 5% do faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento no país, diretamente ou por terceiros.

b) **Lei de Informática da Zona Franca de Manaus**

- Benefício: isenção de IPI e redução do Imposto de Importação para bens de informática industrializados na Zona Franca.
- Contrapartida: investir anualmente no mínimo 5% do faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento no país, diretamente ou por terceiros.

c) **Padis (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores)**

- Benefício: isenção de IR e isenção de IPI e de contribuições para o PIS/Pasep, Cofins e Cide.
- Contrapartida: investir no mínimo 5% do faturamento bruto por ano em pesquisa e desenvolvimento no país, diretamente ou por terceiros.

d) **PATVD (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital)**

- Benefício: isenção de IR e isenção de IPI e de contribuições para o PIS/Pasep, Cofins e Cide.
- Contrapartida: investir no mínimo 2,5% do faturamento bruto por ano em pesquisa e desenvolvimento no país, diretamente ou por terceiros.

e) **Lei do Bem**

- Benefício: dedução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento no cálculo do IR e da CSLL, além de redução de IPI na compra de máquinas destinadas a pesquisa e desenvolvimento.
- Contrapartida: optar pelo regime de tributação com base no lucro real.

f) **Inovar-Auto (Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores)**

- Benefício: crédito de IPI de até um terço do valor devido gerado por investimentos em tecnologia nas fábricas.
- Contrapartida compromisso de atingir níveis mínimos de eficiência energética (redução de consumo de combustível), entre outros.

Constata-se, portanto, que há incentivos à indústria mas os resultados não estão sendo apropriados para industrialização do país e alteraram o pouco o dinamismo econômico interno. No fundo, a lógica de planejamento e programação econômica que era dada aos investimentos e planos de industrialização do passado, determinantes na transformação e desenvolvimento do país, foi substituída pela direção do mercado. Uma vez que a “nova direção” visa sobretudo o crescimento dos bens finais de consumo, os investimentos nos meios de produção (representados pelas máquinas, instrumentos e materiais), que são responsáveis pela incorporação de tecnologia e aumento da produtividade, efetivamente minguaram.

2.4 - Setor bancário

Análise do sistema bancário brasileiro deve ser elaborada tendo em conta o principal destino dos créditos oferecidos pelos bancos públicos e privados de maneira diferenciada. Os bancos públicos, embora também vissem primordialmente o lucro, tiveram papel fundamental de contribuir para o fomento do desenvolvimento, assumindo papel ativo na distribuição de recursos direcionados para os fins qualificados como prioritários pela política pública. O surgimento da atuação financeira do Estado desenvolvimentista ocorreu, no Brasil, quando ele se deparou com a inexistência de adequada infraestrutura socioeconômica e a carência de empreendedores dinâmicos nas atividades industriais, o que por sua vez decorria devido à mentalidade empresarial então conservadora e avessa ao risco. As instituições financeiras públicas no Brasil são *market makers*, isto é, “fazedoras do mercado de crédito”¹⁹ cujos comportamentos regulam a competição no segmento. Entre os bancos comerciais, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa (CEF), tem atuação de especial importância no financiamento agrícola e no financiamento imobiliário, respectivamente. No crédito à infraestrutura e a produção de insumos básicos se coloca o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), praticamente o único agente financiador de tais atividades no país. Já para o financiamento ao desenvolvimento de regiões periféricas, o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) cumprem um papel indispensável²⁰.

Os bancos privados, que se regem por critérios de rentabilidade privada e da maximização de lucros atuam quase que totalmente na captação e administração de recursos de terceiros e apenas por vezes no repasse de recursos de programas de estímulo à produção. São atores mais dependentes da circulação mo-

19 Há hierarquia entre os agentes financeiros. Os *market makers* são os agentes líderes, com fontes de financiamento em fundos sociais, que determinam as taxas de juros de referência para empréstimos. Os líderes têm maior capacidade de delinear as tendências do mercado.

20 Nogueira, F. C. “Atuação anticíclica dos bancos públicos brasileiros” Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 258, set. 2015, pg.2.

netária e financeira e, indiretamente, do crescimento da renda na economia. Historicamente, no Brasil, a ênfase dos bancos privados foi a do financiamento das atividades de consumo, buscando retornos a curto prazo, baixo risco e assim com alta rentabilidade, sobretudo pelos altos *spreads* praticados (seja pela facilidade de captação de recursos a baixas taxas de retorno, seja porque a taxa básica de juros do país esteve quase permanentemente em patamares muito elevados nas últimas décadas). Então, de maneira contraposta a atuação do segmento público, os bancos privados figuram de modo bastante modesto no financiamento produtivo do país, isto é, tem se distanciado cada vez mais de um papel de sustentação financeira da atividade econômica nacional, acumulando altíssimos lucros enquanto a inadimplência das famílias no país chega ao patamar de 30% da população (com 61,8 milhões de brasileiros cadastrados como maus pagadores junto ao levantamento do Serasa Experian em junho deste ano), tal como detalharemos a frente.

Apesar de tudo isso, tendo como referência os pressupostos econômicos privatizantes dos futuros dirigentes da área economia do país, chamamos atenção para a grande possibilidade de consolidação de privatizações das instituições financeiras públicas remanescentes, o que só trará dificuldades adicionais para o desenvolvimento do país.

3 - Concentração e rentabilidade dos bancos

Um dos elementos explicativos para o contexto geral de atuação dos bancos no país é a forte oligopolização do setor. De fato, os bancos brasileiros ocupam posições de destaques no ranking mundial das instituições financeiras, conforme os indicadores do *Realbank* de 2017. As quatro instituições nacionais encontram-se entre os 100 maiores ativos bancários do mundo. Pela ordem temos: 69º, Itaú Unibanco Holding AS com US\$ 437,41 bilhões; em 71º, Banco do Brasil SA com US\$ 413,14 bilhões; a seguir em 76º, Caixa Econômica Federal com US\$ 383,261 e em o 82º, Banco Bradesco com US\$ 365,49 bilhões. O Santander que é de origem espanhola ao fim do ano passado estava na 18º posição no ranking com patrimônio de US\$ 1,7 trilhão. Ressalta-se na lista dos 100 maiores que os bancos chineses ocupam as quatro primeiras colocações, com ativos totalizando de US\$ 13,6 trilhões²¹.

No contexto nacional, em que pese nos últimos anos a quantidade geral de instituições bancárias não ter se alterado de forma substantiva, o grau da concentração bancária no país é bastante alto, com o predomínio de cinco bancos:

²¹ Entre o primeiro e o décimo primeiro no ranking bancário encontram-se os bancos que detêm mais de trilhão de dólares de ativos, juntos perfazem o montante de ativos de US\$ 30,0 trilhões, ou seja, um PIB mais meio dos EUA, que era de US\$ 20,4 trilhões no primeiro trimestre de 2018.

Número de Bancos por origem de capital – Brasil – 2008/2017

| Instituições Bancárias (1) | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Públicas (2) | 12 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Privadas | 147 | 148 | 148 | 151 | 151 | 146 | 143 | 144 | 145 | 144 |
| Nacionais | 83 | 82 | 77 | 73 | 70 | 67 | 63 | 63 | 63 | 65 |
| Nacionais com participação estrangeira (3) | 2 | 6 | 11 | 16 | 16 | 15 | 16 | 16 | 17 | 16 |
| Controle estrangeiro (4) | 56 | 54 | 54 | 56 | 59 | 58 | 58 | 60 | 59 | 57 |
| Estrangeiras (5) | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Total | 159 | 158 | 158 | 161 | 161 | 156 | 153 | 154 | 155 | 154 |

Fonte: Unicad, Capef - Banco Central do Brasil - BCB, 2018.

Notas:

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica federal;

(2) Inclui caixas econômicas

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira maior que 10% e menor que 50% do capital votante, conforme Carta-Circular 2.345/93;

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais);

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

A concentração bancária fica evidente quando verificamos que em 1995, seis bancos detinham 60% dos ativos bancários; em 2012, apenas cinco possuíam

66,3% e em 2017, os cinco maiores bancos passam a deter 86,9%. Quanto ao patrimônio líquido, outro indicador da concentração bancária, o conjunto dos cin-

co abarcam 82,2% do montante em 2017, quando em 2012, essa participação era 67,9%. Em relação ao número de agências no país, ocorreu uma queda de 22.218

em 2012 para 21.062, mas a participação do grupo dos maiores permaneceu em 90%. A tabela a seguir apresenta alguns indicadores relativos a esses bancos:

| INDICADORES | DESTAQUES DOS 5 MAIORES BANCOS (*) | | |
|--|------------------------------------|------------------|-------------------|
| | 2012 | 2016 | 2017 |
| Número de Agências | 20.312 | 20.073 | 18.759 |
| Ativos Totais (em trilhões) | 4,3 | 6,0 | 6,1 |
| Patrimônio Líquido (em bilhões) | 298,3 | 422,5 | 468,9 |
| Operações de Crédito (em trilhões) | 1,90 | 2,9 | 2,8 |
| Receita com as Operações de Crédito (em bilhões) | - | 389,8 | 366,8 |
| Resultado com TVM (em bilhões) | - | 229,4 | 198,9 |
| Despesas com Captação no Mercado (em bilhões) | - | 387,4 | 295,6 |
| Despesas Empréstimos e Repasses (em bilhões) | - | 2,2 | 37,2 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (bilhões) | 78,1 | 113,4 | 100,6 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira (em bilhões) | 132,1 | 188,9 | 183,8 |
| Receita de Prestação de Serviços e Tarifas (em bilhões) | 85,1 | 115,0 | 126,4 |
| Despesas de Pessoal (em bilhões) | 66,3 | 94,0 | 98,3 |
| Resultado Operacional (em bilhões) | - | 95,8 | 99,0 |
| Imposto de Renda e CSLL (bilhões) | - | 34,8 | 21,4 |
| Lucro Líquido (bilhões) | 51,4 | 59,6 | 77,4 |
| Numero de Funcionários | 477.345 | 432.518 | 418.564 |
| Lucro Líquido/ Nº de Funcionários | 107.678,9 | 137.797,7 | 184.917,96 |

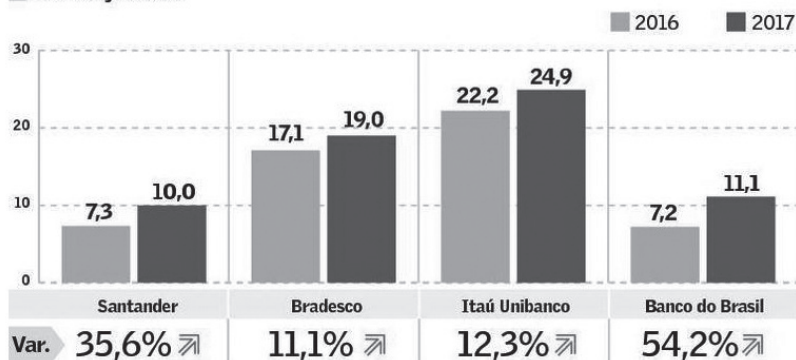
Fonte: DIEESE - Relatório Desempenho dos Bancos 2012, 2016 e 2017 e Demonstrações Consolidadas dos Bancos
 (*) Bradesco, Brasil, Caixa Econômica Federal, Itau, Santander.

Um dos aspectos mais destacados do setor é a evolução dos lucros líquidos ao longo dos anos, independentemente, das fortes crises vividas pela economia brasileira. Assim, houve uma evolução de R\$ 51,4 bilhões dos lucros em 2012 para R\$ 77,4 bilhões em 2017 (variação de 50,8%). Em relação ao lucros ajustados (incorporação de reservas, venda de ativos e outros), observa-se um significativo crescimento deles entre de 2017 e 2016, destacando-se o Santander com a evolução de 35,6% (de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 10,0 bilhões) e o Banco do Brasil (de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 11,1 bilhões) com crescimento de 54,2%. Mas, comparativamente, em valores absolutos o lucro do Itaú permanece bem a frente ao dos anteriores, na casa dos R\$ 24,9 bilhões. Parte do avanço dos ganhos é explicado pelas receitas de Prestação de Serviços e Tarifas que de 2012 a 2017 foi incrementada em 67,3% (de R\$ 85,1 para R\$ 126,4 bilhões), mantida em patamar muito acima dos gastos com pessoal, que passou de R\$ 66,3 bilhões em 2012 para R\$ 98,3 bilhões em 2017 (variação de 48,3%).

Grandes números

Resultado dos quatro maiores bancos de capital aberto (em R\$ bilhões)

Lucro ajustado



| Bancos | Carteira de crédito ampliada | | Rentabilidade (%) | |
|-----------------|------------------------------|-------|-------------------|------|
| | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 |
| Santander | 322,8 | 347,9 | 13,3 | 16,9 |
| Bradesco | 515,0 | 492,9 | 17,6 | 18,1 |
| Itaú Unibanco | 598,4 | 593,7 | 20,3 | 21,8 |
| Banco do Brasil | 708,1 | 681,3 | 8,8 | 12,3 |

Fonte: balanços. *Provisão para perdas no crédito

Fonte: Moreira, Talita; Pinheiro, Vinicius. "Lucro de grandes bancos cresce 21%". Valor Econômico. 23/02/2018.

O exame das altas taxas de juros cobradas nos empréstimos junto a pessoas jurídicas e físicas e os elevados *spreads* resultantes dessas operações mostram os efeitos da reduzida concorrência nessa atividade e a presença do oligopólio sobre a intermediação bancária:

| TAXAS MÉDIAS DE JUROS (%) | | | |
|-----------------------------|--------|--------|--------|
| PERÍODO | dez/12 | dez/16 | fev/18 |
| SPREAD | 14,3 | 22,6 | 20,4 |
| P. JURÍDICAS | 20,6 | 32,2 | 26,9 |
| P. FÍSICAS | 27,7 | 42,0 | 33,3 |
| Consignado | 24,5 | 29,4 | 26,3 |
| Cheque especial | 138,2 | 328,6 | 324,1 |
| Cartão rotativo | 258 | 497,7 | 333,9 |

Fonte: Banco Central do Brasil, 2018.

Os segmentos de cheque especial e cartão rotativo são espantosos pelos índices apresentados, não guardando proporcionalidade com a economia real ou com as demais modalidades de crédito, já bastante caros ao público. O quadro serve então como símbolo da lucratividade e dominância do setor financeiro no contexto nacional. A partir desses dados sobre o desempenho dos bancos no país, não fica qualquer dúvida, portanto, de que há um enorme espaço para aumento da participação dos trabalhadores na apropriação da renda gerada, sem que isso traga qualquer desequilíbrio ao setor.

4 - Mudanças técnicas e tecnológicas

Na conjuntura presente, como uma consequência direta das elevadas taxas de retorno dos bancos vêm se estimulando e fortalecendo a presença de novos atores na operação dos mercados financeiros em contraposição aos bancos tradicionais, apoiados também pelas transformações no campo da tecnologia. São eles os fundos de pensão, as *fintechs*²² e outros investidores institucionais, que vem provocando várias mudanças do ponto de vista da dinâmica do setor e dos seus impactos sobre o emprego bancário. Tal processo é conhecido como a desintermediação bancária. No plano institucional, por exemplo, as recentes resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.656/18 e nº 4.657/18 ampliaram a margem de atuação das novas empresas tecnológicas, permitindo que além da intermediação as *startups* passassem a oferecer direta-

22 Termo que surge da combinação de *financial* (finanças) e *technology* (tecnologia) para denominar novas empresas do setor financeiro que, notadamente, utilizam-se de inovações tecnológicas para prestação de serviços, sobretudo em termos de conveniência e acessibilidade aos clientes.

mente produtos e serviços de crédito. Estima-se que as 230 *fintechs* brasileiras tenham movimentado cerca de R\$ 460 milhões em investimentos em 2017, alimentando algumas projeções de faturamento no seguimento de R\$ 24 bilhões para os próximos 10 anos²³. Recentemente o mercado nacional foi aberto integralmente para empresas de capital externo. O potencial de ameaça aos bancos tradicionais é considerável, a julgar pela rapidez do crescimento de iniciativas dos próprios bancos na criação de programas de apoio e incentivo a projetos de *startups* e também no desenvolvimento de produtos similares aos oferecidos pelas *fintechs*²⁴.

Corroborando para essa visão do contexto o fato de que na pesquisa sobre tecnologia bancária realizada pela Deloitte Touche, com informações recolhidas sobre 24 maiores bancos (representando 91% dos ativos bancários do país), foram identificados um gasto de R\$ 136,3 bilhões em TIC nos últimos 7 anos (2011 a 2017), com média anual de cerca de R\$ 19,5 bilhões. Foram contabilizadas no período despesas de R\$ 91,7 bilhões e investimentos de mais R\$ 44,6 bilhões em tecnologias da informação e comunicações (entre R\$ 22,9 bi em software, R\$ 18,9 bi em hardware e R\$ 2,8 bi de telecom), tal como se apresenta no quadro a seguir.

| Investimentos e despesas (em R\$ bilhões) | | | | |
|--|----------|----------|---------|-------|
| Ano | Software | Hardware | Telecom | Total |
| 2011 | 5,9 | 7,6 | 4,1 | 17,6 |
| 2012 | 7,2 | 8,0 | 4,1 | 19,3 |
| 2013 | 8,4 | 8,6 | 3,8 | 20,8 |
| 2014 | 8,4 | 8,6 | 4,4 | 21,4 |
| 2015 | 8,5 | 6,8 | 3,8 | 19,1 |
| 2016 | 8,4 | 6,6 | 3,6 | 18,6 |
| 2017 | 9,8 | 6,3 | 3,4 | 19,5 |
| Total | 56,6 | 52,5 | 27,2 | 136,3 |

Fonte: Febraban - Pesquisa Tecnologia Bancária 2018.

As mudanças tecnológicas podem ser constatadas também em relação aos canais de acesso ao sistema bancário, avançando muito as transações realizadas via *Mobile Banking* (dispositivo móvel) e pelo uso da internet ou do *Internet Banking*. Em 2017 ambos representavam 47,6% do volume de transações, enquanto em 2011 somavam apenas 37,58%. Outra diferença sig-

23 *FinanceOne*. "Fintechs de crédito são regulamentadas: o que muda?". Disponível em: <https://financeone.com.br/fintechs-de-credito-sao-regulamentadas>. Acesso em: 27.06.2018.

24 Neste sentido, aponta o DIEESE (2017:21) "O Bradesco criou o InovaBra, o Itaú Unibanco instituiu o Cubo e o Santander possui o fundo de investimento *Innoventure*. Além disso, os bancos também estão criando produtos financeiros para concorrer com as *fintechs*. Recentemente, o Banco CBSS, instituição financeira controlada indiretamente pelo Banco do Brasil e o Bradesco, lançou o cartão de crédito Digo, sem anuidade e gerido por meio de um aplicativo. O objetivo é concorrer diretamente com o Nubank".

nificativa entre esses dois anos é a participação da forma *Mobile* pois em 2011 representava apenas 0,5% das transações e em 2017 chegou-se a 25,6% do conjunto de operações. A pesquisa também indica que cerca de 940 mil clientes no país possuem contas totalmente digitais, abertas sem agência física (números que se referem somente aos clientes do Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Original e Intermedium) e a expectativa é que se chegue a um total de 3,3 milhões de contas correntes digitais até o final deste ano.

Em contraste a esse forte crescimento das transações bancárias *mobile* e *internet banking* temos a redução atividade das agências dos bancos, cuja participação no total de transações caiu de 12,1%, em 2011, para 7,7%, em 2017. Inversamente, o valor transacionado cresceu cerca de 40% nas agências, o que pode estar indicando que os correntistas preferem tratar diretamente na agência das transações de maior valor. Quanto aos demais canais, o mais expressivo é de Autoatendimento, que tem movimento valores em torno de R\$ 10 bilhões, seguido pelos Postos de venda do comércio (entre esses temos as Casas Lotéricas). Em 2017, os POS movimentaram um volume de R\$ 9,4 bilhões.

| Canais de Transações Bancárias em R\$ bilhões | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Canais | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Mobile Banking | 0,1 | 0,5 | 1,6 | 4,7 | 11,2 | 18,6 | 25,6 |
| Internet Banking | 12,1 | 13,7 | 16,5 | 18,0 | 17,7 | 15,8 | 15,8 |
| ATM- Autoatendimento | 8,3 | 8,8 | 9,2 | 10,2 | 10,0 | 10,2 | 9,9 |
| POS-Posto de Venda no Comércio | 5,1 | 5,7 | 6,4 | 7,2 | 7,8 | 9,7 | 9,4 |
| Agências Bancárias | 3,9 | 4,0 | 3,8 | 4,9 | 4,4 | 5,6 | 5,5 |
| Correspondentes do País | 1,3 | 1,4 | 1,3 | 2,3 | 3,2 | 4,4 | 4,1 |
| Contact Center | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 1,5 | 1,4 | 1,4 | 1,5 |
| Total | 23,9 | 35,6 | 40,3 | 48,8 | 55,7 | 65,7 | 71,8 |

Fonte: Febraban - Pesquisa Tecnologia Bancária 2018

Além do *Mobile Banking* e *Mobile Payme* (movimentação financeira por dispositivo móvel), as mudanças produzidas pela 4ª Revolução Tecnológica com uso da Inteligência Artificial (IA) tem presença crescente no cotidiano das instituições bancárias através da *Computação Cognitiva*²⁵, do *Big Data*²⁶ e de *Analytics*²⁷. A pretensão com o avanço das tecnologias disruptivas é realizar análises e previsões de cenários em tempo real como ferramenta de apoio à tomada de decisão. A seguir apresentam-se em quais

- 25 Simulação dos processos de pensamento humanos em um modelo computadorizado, envolvendo sistemas de autoaprendizagem, mineração de dados, reconhecimento de padrões e processamento de linguagem natural, com objetivo é criar sistemas de TI completamente automatizados, capazes de resolver problemas sem a necessidade de intervenção ou assistência humana.
- 26 Bancos de dados de grande volume de informações, variadas, estruturadas ou não estruturadas, que são acessadas e transmitidas em grande velocidade.
- 27 Uso amplo de dados, análise estatística e quantitativa, e de modelos exploratórios e preditivos para orientar decisões e agregar valores aos negócios.

novas tecnologias estão sendo aplicados os investimentos dos dois últimos anos:

| INVESTIMENTOS EM NOVAS TECNOLOGIAS (%) | | |
|---|------------|------------|
| ANOS | 2016 | 2017 |
| Mobile Payment | 10 | 13 |
| Computação Cognitiva | 8 | 8 |
| Analytics | 28 | 32 |
| Cloud | 18 | 20 |
| Big Data | 36 | 27 |
| TOTAL | 100 | 100 |

Fonte: Febraban - Pesquisa Tecnologia Bancária 2018

De maneira evidente, as mudanças tecnológicas implementadas intensamente no setor trazem muitos impactos nos processos de trabalho e no perfil de mão de obra empregada, sempre sob a égide do aumento da produtividade e dos lucros. A virtualização e automação, tanto dos serviços oferecidos quanto dos processos de trabalho, deram o tom da forte expansão do banco digital, do *mobile banking* e das transformações no *back office*. Dentre as características do banco digital devemos mencionar em destaque o processo não presencial de interlocução entre cliente-empresa, a resolução de problemas e operação a distância, com a captura digital de documentos e informações e a coleta eletrônica de assinaturas. Em consequência, de acordo com a Febraban, além de profissionais das áreas de TI e de segurança cibernéticas, vão sendo incorporados no setor profissionais como *designers* de aplicativos, cientistas de dados, antropólogos digitais e *storytellers*, no intuito de compreender o comportamento de clientes, aprimorar a “experiência do usuário” com a instituição e integrar a tecnologia nas diferentes linhas de negócios dos bancos. A venda de produtos e de serviços, cada vez mais personalizados é a tônica do trabalho bancário neste novo contexto. A redução de postos de trabalho para o desempenho de atividades ligadas às agências e processos de retaguarda convencionais, entretanto, é fortíssima e tendencialmente crescente, dado o ritmo de mudança tecnológica imposta, não sendo suficientemente contrastadas pela geração de vagas com os novos perfis citados, tal com se nota nos dados apresentados logo a seguir. Em síntese, está em curso um grande processo de deslocamento dos empregos bancários para os segmentos não bancários e os postos de trabalho remanescentes nos bancos por sua vez também

se deslocam para as áreas de *front* tecnológico e para a venda de produtos e serviços. A característica destas funções, todavia, é a de sua execução via trabalho remoto e *home office*, o que somado ao deslocamento do empregos para as *fintechs*, só tende a consolidar a pulverização do trabalho bancário.

5 - Mercado de trabalho

Um dado agravante para o problema da redução constante do emprego no setor bancário nos últimos períodos é que os sindicatos da categoria tem que enfrentar essa situação no contexto de lenta recuperação econômica, das mudanças de estratégia das empresas em busca da lucratividade, do acirramento da concorrência interbancária e do aumento das exigências de capital impostas pelos Acordos de Basileia²⁸, para além do apontado processo de incorporação de mudanças tecnológicas no setor. A tabela abaixo mostra a situação do emprego no setor bancário ao longo da década de 2010:

| EMPREGO | | | | |
|---------|----------|----------------|----------------------|---------------|
| Ano | Nº TOTAL | Variação Anual | Cinco maiores bancos | |
| | | | Nº | Part. Total % |
| 2010 | 483.097 | | 444.181 | 91,9 |
| 2011 | 496.725 | 13.628 | 456.987 | 92,0 |
| 2012 | 512.835 | 16.110 | 477.345 | 93,1 |
| 2013 | 511.883 | -952 | 470.034 | 91,8 |
| 2014 | 506.879 | -5.004 | 451.116 | 89,0 |
| 2015 | 496.993 | -9.886 | 433.015 | 87,1 |
| 2016 | 476.740 | -20.253 | 432.518 | 90,7 |
| 2017 | 458.835 | -17.905 | 418.564 | 91,2 |
| 2018* | 455.989 | -2.846 | | |

Fonte: MTE/Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apud DIEESE/Contraf (2014; 2016) e Desempenho Bancos 2017 DIEESE
* Até junho de 2018

Se de 2010 a 2012 houve elevação do número de empregos, nos anos seguintes ocorreu uma redução de 56.846 empregos no estoque pessoas ocupadas do setor (2012-2018), passando-se de 512.835 para 455.989 o número de funcionários. Além disso, nota-se que no período os cinco maiores bancos concentraram cerca de 90,0% dos postos de trabalho bancários, o que refletiu-se na intensidade e rapidez dos impactos das estraté-

28 Os Acordos da Basileia são os fóruns mundiais de discussão e cooperação em matéria financeira que estabeleceram o índice de Basileia, isto é, um indicador que mede a solvência de determinada instituição financeira. O índice se expressa na relação entre os capitais próprios e os capitais de terceiros de uma instituição, ou seja, na proporção entre o dinheiro que é da própria empresa e o dinheiro que é devido a outras pessoas ou entidades. Sendo assim, as cinco principais instituições bancárias brasileiras apresentam como referência os seguintes índices de Basileia: Banco do Brasil 19,1%; Bradesco 17,6%; Caixa Econômica Federal 15,2%; Itaú 19,5%; Santander 16,2%. Tais bancos adotaram a estratégia de melhorar o indicador de eficiência mediante o corte das despesas, por meio da redução de postos de trabalho, e pelo aumento das receitas com tarifas.

gias de redução de custo dessas empresas sobre todo o mercado de trabalho. Quanto ao indicador de eficiência do custeio das despesas pessoal por meio das tarifas e serviços bancários os gastos com a folha de pagamento foram integralmente pagos pelas receitas provenientes daquelas atividades. Como podemos observar a seguir cerca de 80,0% das receitas de serviços e tarifas foram suficientes para o pagamento de pessoal:

| DESPESA PESSOAL E RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS 5 Maiores Bancos | | | |
|--|-----------------------------|---|--|
| Ano | Despesa Pessoal R\$ bilhões | Receita prestação de serviços e Tarifas R\$ bilhões | Participação Despesa Pessoal/ Receitas Prest. Serv. Tarif. % |
| 2010 | 49,7 | 63,4 | 78,43 |
| 2011 | 57,0 | 73,7 | 77,34 |
| 2012 | 66,3 | 85,8 | 77,27 |
| 2013 | 72,9 | 96,4 | 75,62 |
| 2014 | 74,6 | 104,1 | 71,66 |
| 2015 | 84,7 | 105,1 | 80,59 |
| 2016 | 94,0 | 115,0 | 81,74 |
| 2017 | 98,3 | 126,4 | 77,77 |

* Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal
Fonte: Desempenho Bancos DIEESE anos de 2011-2017

Pelas informações apresentadas acima aparentemente poderia se deduzir que com o incremento nas despesas com folha de pagamento e, simultaneamente, a redução do número de trabalhadores, poderia estar ocorrendo uma elevação dos salários médios. No entanto, isso não aconteceu, até porque, deve-se ressaltar, no total de gastos com pessoal incluem-se um conjunto de despesas diversas, como por exemplo, os gastos com programa de desligamento voluntário - PDVs²⁹, afastando-se as projeções mais otimistas.

As informações do Caged do Ministério do Trabalho e a análise do Dieese referentes ao 1º semestre de 2018 mostram que nas cinco principais instituições financeiras, além da redução de 2.846 postos de trabalho em 2018, também está ocorrendo uma redução do salário médio dos bancários. Quando comparadas as médias de salários entre os admitidos de R\$ 4.177,66 e demitidos no valor de R\$ 6.546,89 há uma queda de 63,8% dos valores (menos R\$ 2.369,23).

29 Conforme a base normativa do Banco Central - Circular nº 1273 - as despesas com pessoal inclui os Benefícios (Assistência Médica, Ajuda de Custo, Auxílio Moradia, Programas de Alimentação) os Encargos Sociais e Proventos, esses são constituídos pelo Adicional Noturno - Aviso Prévio - Comissões - Diárias - Férias - Abono Pecuniário - Férias - Indenizadas - Gratificações - Horas Extras - Licenças Prêmio Indenizadas - Salários - 13º Salário - Estagiários - Riscos de Quebra de Caixa - Prêmios de Produção - Outras.

| Admitidos e desligados, por faixa etária | | | | | | | | |
|--|---------------------|---------------|---------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|-----------------------------|
| Brasil – janeiro a junho de 2018 | | | | | | | | |
| Faixa Etária | Admitidos | | | Desligados | | | Saldo | Diferença da Rem. Média (%) |
| | Nº de trabalhadores | Part. (%) | Rem. Média (em R\$) | Nº de trabalhadores | Part. (%) | Rem. Média (em R\$) | | |
| Até 17 anos | 79 | 0,6% | 859,00 | 18 | 0,1% | 1.698,33 | 61 | 50,6% |
| 18 a 24 anos | 5734 | 41,1% | 2.659,36 | 1.370 | 8,2% | 2.289,09 | 4.364 | 116,2% |
| 25 a 29 anos | 3684 | 26,4% | 3.833,45 | 2.967 | 17,7% | 4.393,51 | 717 | 87,3% |
| 30 a 39 anos | 3352 | 24,0% | 5.704,60 | 5.497 | 32,7% | 6.305,33 | -2.145 | 90,5% |
| 40 a 49 anos | 848 | 6,1% | 8.490,65 | 2.638 | 15,7% | 9.130,55 | -1.790 | 93,0% |
| 50 a 64 anos | 247 | 1,8% | 10.074,74 | 4.205 | 25,0% | 8.162,68 | -3.958 | 123,4% |
| 65 ou mais | 4 | 0,0% | 5.161,50 | 99 | 0,6% | 6.822,28 | -95 | 75,7% |
| Total | 13.948 | 100,0% | 4.177,66 | 16.794 | 100,0% | 6.546,89 | -2.846 | 63,8% |

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65
Elaboração: Dieese – Rede Bancários

Pelas informações da tabela acima, as admissões estão concentradas nas faixas etárias de pessoas mais jovens, entre 18 e 29 anos, representando 67,5% dos admitidos. Na faixa etária de 30 a 39 anos, o incremento positivo de 24,0% de admitidos não foi suficiente para compensar as demissões de 32,7%. Se adicionarmos a essa última faixa de idade, as faixas etárias de 40 a 49 anos (15,7% dos desligados) e ainda, as faixas superiores a 50 anos (25,6% dos desligados), verificamos que os bancos têm demitido mais fortemente os bancários mais velhos (74,0%), substituindo-os por trabalhadores mais jovens. O efeito dessa rotatividade é que possivelmente explica a redução dos salários médios, pois em geral os mais jovens, com menos conhecimento e experiência, e em face à forte competitividade de um mercado de trabalho com grande oferta de trabalhadores, acabam por receber salários comparativamente reduzidos.

A análise das informações abaixo relativas às admissões e demissões por sexo e remuneração, revela que o setor bancário tem comportamento semelhante ao de outros ramos da atividade econômica nacio-

nal, qual seja, o de remunerar de forma desigual homens e mulheres dentro do mesmo tipo de trabalho. No 1º semestre de 2018, enquanto os salários médios dos funcionários do sexo masculino admitidos foram de R\$ 4.854,15, a remuneração do sexo feminino foi de R\$ 3.451,91. Portanto, os homens admitidos receberam em média 40,1% a mais que as mulheres. Em relação aos desligamentos a diferença foi menor de 34,8%. Por outro lado, na comparação dos salários médios de admissão com os de demissão, o que se observa para os dois gêneros é a mesma tendência de redução salarial. No caso masculino, a redução foi 35,4% (de R\$ 7.509,54 para R\$ 4.854,19), e no feminino de 38,03% (de R\$ 5.570,62 para 3.451,91), o que reafirma as informações anteriores sobre a queda salarial para o conjunto da categoria dos bancários. De todo modo, vale ressaltar também que as mudanças no trabalho bancário vêm caminhando crescentemente para padrões de remuneração variável individualizados, colocando dificuldades adicionais para organização e mobilização da categoria.

| Rem. Média dos admitidos e desligados por sexo Brasil – janeiro a junho de 2018 | | | | | |
|--|-------------|---------------------|-------------|---------------------|---------------------|
| | Masculino | | Feminino | | Dif.% da Rem. Média |
| | Nº de trab. | Rem. Média (em R\$) | Nº de trab. | Rem. Média (em R\$) | |
| Admitidos | 7.219 | 4.854,15 | 6.729 | 3.451,91 | 71,1% |
| Desligados | 8.456 | 7.509,54 | 8.338 | 5.570,62 | 74,2% |

FORNTE: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65
ELABORAÇÃO: DIEESE - REDE BANCÁRIOS

A busca pelo aumento de produtividade também vai se traduzido na intensificação do ritmo de trabalho, na pressão pelo cumprimento de metas de venda de produtos e serviços, afetando em muito a saúde dos trabalhadores. Em grande parte esse processo pode ser

considerado como um dos efeitos das transformações tecnológicas no setor, na medida em que são os novos dispositivos eletrônicos e processos virtualizados que dão suporte a um maior nível de controle e vigilância sobre os trabalhadores, prolongando as jornadas de

trabalho e/ou expandindo-as de maneira quase permanente para os locais de residência e descanso.

Uma recente pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde dos bancários da Caixa Econômica Federal³⁰, ilustra bem tal situação (facilmente generalizável para todo o setor) pois constatou-se que 1 em cada 3 funcionários apresentava problemas de saúde relacionados ao trabalho. As queixas apareceram distribuídas nas seguintes categorias: Estresse (24,1%); Depressão e Ansiedade (10,6%); Gastrite Nervosa (4,4%); Insônia (3,8%); Síndrome do Pânico (2,9%); e Problemas Psicológicos (2,0%). Os distúrbios de ordem emocional e psíquica que representaram 59,1% das doenças de trabalho dos funcionários da instituição, tratados com antidepressivos e ansiolíticos (35,3%) e analgésicos (7,6%). Outro grupo de doença relatada foram aquelas relativas ao tipo ergonômico, com 33,3%. Nessa mesma pesquisa também foram avaliados os problemas relativos ao assédio moral. Muito embora 86,5% dos entrevistados tenham apontado uma relação positiva com os chefes imediatos, 27,2% reclamaram dos chefes. Também foram pesquisados problemas típicos de assédio moral, como: demanda excessiva de trabalho, pressão, atribuição indevida de erros, ameaças, gritos e outros abusos na relação com chefia. Neste caso, 53,6% dos entrevistados indicaram “ter passado por ao menos um desses episódios” e 81,3% lembraram de episódios similares com outros colegas de trabalho.

De modo complementar a isso, com relação aos acidentes de trabalho, também salta aos olhos o elevado número de notificações envolvendo os trabalhado-

res de atividades financeiras, das quais os bancários representam a maior parte. Em um universo de 578.935 acidentes de trabalho no Brasil, em 2016, segundo o Ministério da Previdência Social, no grupo atividades financeiras foram registrados 9.121 casos. E mais ainda, do total de 12.502 doenças do trabalho registradas neste mesmo ano, o subsetor financeiro apresentou 2.659 ocorrências, o que representa nada menos que 21,2% do total de casos registrados³¹.

Por todos os fatores e elementos já apontados, são complexos e graves os problemas a serem enfrentados pelos trabalhadores bancários no momento atual. Os sindicatos necessitam construir uma pauta ampla de defesa dos seus interesses, que enfrente a concentração de renda e seus problemas, que retomem as políticas de emprego e programas sociais em amplo sentido, e rediscutam o papel da indústria e do setor financeiro no desenvolvimento. De forma semelhante a outros grupos de interesses e movimentos sociais, no caminho está colocada a necessidade premente da construção de uma força política suprapartidária que represente os trabalhadores no Congresso Nacional, de forma obter conquistas do interesse da maioria da sociedade brasileira. Tarefa difícil, mas realizável. Do ponto de vista interno, é preciso avançar na construção de projetos de ação que ajudem a mitigar a pulverização bancária e os fatores de desmobilização da categoria, tratando das novas condições de trabalho nas convenções coletivas e investindo na comunicação e formação dos bancários de maneira a aproximar os trabalhadores da entidade.

30 A Pesquisa de Saúde do Trabalhador da Caixa (...) “*revela o quanto o modelo de gestão do banco, a sobrecarga de trabalho e a ausência de uma política de saúde do trabalhador estão prejudicando a vida de milhares de pessoas e provocando um verdadeiro quadro de adoecimento crônico na categoria*”, realizada, entre 2 e 30 de maio de 2018, com 2000 funcionários da Caixa Econômica Federal, margem de erro de 2% pela Federação das Associações do Pessoal da Caixa-Fenae.

31 Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS (2016). Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/08/aeps2016.pdf>

Ação sindical

Propostas de ações e posicionamento para o fortalecimento da atuação política do Sindicato na sociedade, como forma de intensificar as lutas e a viabilização dos projetos dos trabalhadores e do setor bancário, em particular. Para isso, compreende-se que é necessária a participação ativa da categoria na formulação e defesa de projetos políticos em prol dos bancários, financeiros e cooperativários e de uma sociedade mais justa e democrática; inclusive, pelo acesso de dirigentes sindicais e dos trabalhadores do ramo financeiro a cargos públicos, a conselhos municipais, a conselhos gestores de fundos de pensão, entre outros, a fim de encaminhar tais lutas e projetos.

I) Ações gerais relativas à sociedade e às políticas públicas

a) Regulamentação do Art. 192 da Constituição, pela maior democratização do crédito, pela queda dos juros e *spreads* abusivos. A crise financeira internacional tem colocado a necessidade da existência de agências regulatórias internacionais e aponta como contrapartida nacional a regulamentação do Art. 192 da Constituição, do Sistema Financeiro, nos moldes de sua elaboração em 1988. Os princípios expostos na Carta Magna, da promoção do desenvolvimento equilibrado, do atendimento aos interesses da coletividade e a diretriz subjacente ao texto da função social do sistema financeiro (do crédito) - contraditados pela EC 40/2003 - mostra qual é a organização que a Nação propõe para o sistema financeiro (exemplos da “arquitetura” do sistema são: o papel do Banco Central, das instituições nacionais e estrangeiras, o controle de taxas de juros, etc.). Sua regulamentação mostra-se fundamental para que o sistema financeiro, como um todo, cumpra realmente seu papel no financiamento do desenvolvimento nacional, fornecendo crédito de longo prazo para a susten-

tação das atividades econômicas.

- b) A regulamentação do Artigo 192 deve ser precedida de uma Conferência Nacional do Sistema Financeiro, tripartite (governo, empresários e trabalhadores). Em preparação à Conferência, o Sindicato deve realizar uma Conferência Regional. E o 6º Congresso reafirma sugestão à Federação dos Bancários de SP e MS em realizar uma pré-conferência interestadual, aprovada pelo 4º Congresso (2012).
- c) Intervir junto aos poderes Executivo e Legislativo para que o Brasil volte a ser signatário da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão imotivada. Essa norma foi ratificada pelo Brasil em 1992, durante o governo Itamar Franco, e entrou em vigor em abril de 1996. Em novembro do mesmo ano, o então presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou à OIT que a Convenção deixaria de ser aplicada a partir de 1997.
- d) Construir um projeto de lei para atualizar a legislação trabalhista (Lei nº 13.467/2017) frente às novas tecnologias e reverter os retrocessos inseridos pela reforma trabalhista (2017), evitando a precarização das condições de trabalho.
- e) Garantir a autonomia sindical e construir novas fontes de receitas, que devem ser debatidas e aprovadas pela categoria em assembleias e/ou congressos.
- f) Lutar por um sistema pleno de seguridade social, que garanta a proteção mínima dos trabalhadores e cidadãos contra os riscos sociais e do livre mercado.
- g) Por uma previdência pública e universal.
- h) Lutar pela plena efetividade das políticas do SUS.
- i) Lutar por uma política tributária progressiva, incluindo a cobrança sobre lucros e dividendos de pessoas físicas (extinta em 1995; governo Fernando Henrique Cardoso).
- j) Luta permanente pela valorização do salário mínimo, em função de sua enorme importância na sustentação e elevação do padrão de renda da maioria dos traba-

lhadores do país e dos aposentados, pensionistas e outros beneficiários das políticas de seguridade social. É fundamental manter sua trajetória de crescimento, que também é fruto da luta histórica dos movimentos sindicais, ainda mais pelos efeitos positivos que a sua elevação gera sobre os salários de todas as categorias.

- k) Luta pela diminuição das jornadas de trabalho, sem a redução de salários e direitos, como forma de diminuir a exploração dos trabalhadores e aumentar a geração de empregos. Tal movimento, acompanhado da limitação de horas extras e da extinção do banco de horas, é um importante mecanismo de combate ao desemprego e aos problemas sociais e de saúde gerados por jornadas de trabalho longas e intensas.

II) Ações relativas a defesa dos interesses da categoria

- a) Aplicação e defesa das Resoluções aprovadas nos Congressos da CONTRAF/CUT e FEEB- SP/MS.
- b) Construir a unificação das lutas das categorias que têm data-base no mesmo período dos bancários, financiários e cooperativários. Essa construção exige diálogo com todas as centrais sindicais.
- c) Construir a representação única de todos os trabalhadores do ramo financeiro (bancários, financiários, cooperativários, securitários, promotores de venda, dentre outros).
- d) Valorizar a participação dos bancários, financiários, cooperativários e aposentados nos movimentos sociais, reafirmando o posicionamento democrático e pluralista do Sindicato, que reconhece e respeita as diferenças políticas, ideológicas e culturais da categoria.
- e) Defender a mesa única (nacional) de negociação com a Fenaban, Fenacrefi (financeiras) e cooperativas para renovar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e acordos específicos por bancos (públicos e privados).
- f) Defender a regulação das novas tecnologias nos serviços bancários, com prevalência, protagonismo do trabalho humano. As novas tecnologias têm resultado em fechamentos de agências físicas e postos de trabalho.
- g) Contratação total da remuneração. Com as mudanças constantes no processo de trabalho, a remuneração dos bancários passou a ser composta por duas partes: uma que representa uma parcela fixa e a outra, cuja importância é crescente, constituída de valor variável, que depende das metas que são propostas pelos bancos. Como tal remuneração variável é definida apenas pelos bancos, sem nenhuma negociação com os sindicatos, essa forma de pagamento tem obrigado os trabalhadores a extensas jornadas de trabalho, muito além das seis horas que estão acordadas, sem considerar o estresse a que os trabalhadores são submetidos. Além disso, as remunerações variáveis não são incorporadas ao valor das aposentadorias dos bancários. Defendemos a contratação total da remuneração e manutenção jornada de trabalho de seis horas.
- h) Participar das Redes Sindicais dos Bancos Internacionais (Santander, Itaú e Banco do Brasil), visando a constru-

ção e assinatura de Acordo Marco Global que garanta direitos fundamentais para os trabalhadores em todos os países onde os Bancos atuam. O acordo marco entre a UNI Américas e o Banco Itaú, por exemplo, foi assinado em 2012 e renovado no dia 22 de outubro deste ano. O instrumento prevê que “as partes se comprometem, de acordo com a legislação de cada país, a analisar e considerar questões relativas ao combate de problemas de saúde derivados de atividade laboral, desenvolver políticas que evitem assédio moral e sexual no local de trabalho, buscar evitar qualquer discriminação no emprego, garantindo igualdade de oportunidades, independente de etnia, religião, opinião política, gênero ou orientação sexual.”¹

- i) Construir um Protocolo de Venda Responsável com Condições de Trabalho (íntegra do Protocolo no Anexo).
- j) Luta contínua contra discriminação, que tem resultado em diferenças de remuneração e no oferecimento de oportunidades desiguais.
- k) A saúde do trabalhador do ramo financeiro é cada vez mais precarizada em decorrência das tarefas repetitivas impostas pela digitalização dos serviços e pela busca incessante do aumento de produtividade, ou de outra forma de lucro, que resultam em estresse, depressão, etc. A implantação de programas de prevenção, de reabilitação ocupacional e orientação à saúde devem ser buscadas para que os trabalhadores possam ter condições de vida mais saudáveis.
- l) Em função da particularidade das reivindicações da categoria, é necessário implementar a Organizações por Local de Trabalho, para garantir maior efetividade das ações. As comissões de empresa e os delegados sindicais são figuras muito importantes para o fortalecimento das lutas e mobilizações dos trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, propiciando também uma aproximação maior com os sindicatos. A figura do delegado sindical é hoje realidade nos bancos públicos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
- m) Plano de Carreira, Cargos e Salários, construído com a participação dos sindicatos, dos bancários, financiários e cooperativários, atingindo a todos os trabalhadores, para garantir o crescimento profissional com regras claras e democráticas.
- n) Lutar pelo aumento da segurança no trabalho, com ampliação das ações preventivas e dos investimentos nas empresas. Intensificar a mobilização pela atualização da lei nº 7.102, que contemple a instalação de novos dispositivos de segurança; entre eles, portas com detector de metais, divisórias entre caixas, vidros blindados nas fachadas, armários para uso de clientes/usuários, e sistema de monitoração e gravação eletrônicas de imagem, em tempo real, através de circuito fechado de televisão, interligado com uma central de controle fora do local monitorado.

1 (<http://www.contrafcut.org.br/noticias/contraf-cut-e-uni-global-union-assinam-acordo-marco-com-o-itaue-2cd4>). Acesso em 5 de novembro de 2018.

Anexo

Protocolo de Venda Responsável com Condições de Trabalho

Para garantir aos seus empregados uma vida laboral ética e saudável é necessário que a política de comercialização de produtos e serviços atenda aos seguintes requisitos:

- a) As instituições devem orientar seus empregados a informar os clientes com imparcialidade e rigor sobre os diversos produtos e serviços, explicando os aspectos relevantes e advertindo sobre os riscos, gastos e taxas administrativas aplicadas, desta forma, evitando a contratação com o único fim de cumprir metas, sem o interesse efetivo do cliente. As vendas realizadas por telefone serão efetivadas somente com gravação e assinatura eletrônica do cliente. Nesse sentido, as campanhas diárias, focadas em um único produto, não atendem as premissas acima e devem ser extintas como estratégia de comercialização.
- b) As instituições financeiras se comprometem a realizar ações de formação, durante horário de trabalho, que facilitem o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências de seus empregados, orientados principalmente para a gestão do risco, a qualidade do serviço ao cliente e o conhecimento de seus produtos.
- c) O estabelecimento de volumes e portfólios de produtos e serviços, a serem comercializados, deve respeitar as especificidades do mercado local e da infraestrutura de cada unidade (porte, número de funcionários, etc.). Deve contar com a participação dos trabalhadores em cada unidade de trabalho na sua construção, uma vez que são estes os que melhor conhecem tais especificidades. As metas deverão ser adequadas nas hipóteses de afastamentos, licenças, férias, ausências e dotação incompleta. A revisão só poderá ser feita após o término do período acordado.
- d) Entendendo que a integridade física e psicológica do trabalhador é peça chave para a realização dos objetivos da empresa, o acompanhamento dos resultados deve:
 - I. Ser auferido coletivamente.
 - II. Ser realizado exclusivamente no horário de trabalho.
 - III. Acontecer apenas através de canais corporativos, nunca pelos endereços eletrônicos particulares; e
- e) Obedecer a princípios éticos e legais, promovendo o respeito à diversidade, à cooperação e ao trabalho em equipe. A cordialidade e a civilidade devem ser regra.

A (re)organização da classe trabalhadora diante do “novo espírito do capitalismo”

Eduardo Tomoharu Chaves Kimpara

Introdução

A tese aqui apresentada tem como objetivo contribuir para o debate acerca da conjuntura atual e dos rumos da classe trabalhadora e suas organizações sindicais. Sem a pretensão de ser exaustivo nos diagnósticos e nas proposições, buscamos destacar pontos que nos parecem centrais para a interpretação do momento atual e para a ação nesse contexto.

Um breve olhar sobre a conjuntura

Conjuntura política

Não se pretende aqui traçar um panorama amplo da conjuntura atual, em suas várias dimensões, mas apenas apontar alguns aspectos que nos parecem fundamentais para compreender a situação da classe trabalhadora brasileira hoje, em especial no setor bancário, e planejar estratégias de luta e ação que sejam adequadas ao momento atual.

Sendo assim, *um primeiro ponto* que deve ser destacado é a *substancial transformação do regime político* inaugurado pela Constituição Federal de 1988. De fato, durante o período da Nova República, esteve vigente um pacto de característica social democrata, conciliando interesses do capital e reivindicações populares por direitos, por meio das instituições.

Com o Golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita, o que se viu foi um progressivo e acelerado desmantelamento do pacto da Constituição de 1988, abrindo espaço para a implantação da agenda neoliberal (corporificada no programa “Ponte para o Futuro”, do então PMDB de Michel Temer), a fim de ampliar e ga-

rantir as taxas de lucro do capital, cada vez mais sob a hegemonia do capital financeiro.

Essa ruptura institucional, embora não reconhecida por diversos setores, dado que formalmente houve a observância dos ritos legais, na prática implicou em medidas que reduziram a capacidade de ação do Estado – caso típico da Emenda Constitucional nº 95, a qual congela o crescimento dos “gastos” públicos ao mesmo tempo em que permite a expansão de despesas financeiras –, ameaçaram a soberania nacional – com as mudanças na legislação relativa à exploração do petróleo no pré-sal e os leilões para exploração de seus blocos, vencidos por petroleiras estrangeiras – e limitaram direitos conquistados historicamente – e aqui falamos de um evento traumático para a classe trabalhadora brasileira, a aprovação da “Reforma Trabalhista”.

Esses retrocessos, contudo, não são exclusividade brasileira. Em várias partes do mundo, observa-se a implantação da agenda neoliberal. Para tanto, as organizações e lideranças cuja base social são as classes populares, têm sido alvo de intenso ataque. E não faltam indícios do envolvimento de interesses imperialistas nesses movimentos.

Na América Latina, diversos países passam por um processo semelhante de caça às lideranças identificadas com os governos progressistas que se instalaram na região na última década. Se no Brasil o ex-presidente Lula é alvo de uma implacável perseguição, que logrou prendê-lo e impedi-lo de disputar as eleições presidenciais deste ano; o ex-presidente do Equador, Rafael Correa, tem contra si ordem de prisão; a ex-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, também é alvo de *lawfare*, isto é, perseguição judicial; e até o ex-presidente uruguaio, Pepe Mujica, identificado como pes-

soa simples e de vida austera, esteve na iminência de ter de acertar contas com a Justiça por supostos crimes cometidos pelo grupo do qual fizera parte, os Tupamaros.

Um *segundo ponto* a ser destacado, portanto, é o *protagonismo que passou a ser desempenhado por poderes não-eleitos* na vida política brasileira e de outros países. Sob o manto da defesa da moralidade pública e do combate à corrupção, juízes, promotores, procuradores, delegados de polícia e outros agentes do sistema de Justiça passaram a ter um papel central na dinâmica dos poderes da República. Em que pese o propósito nobre alegado para esse protagonismo, a hipertrofia do sistema de Justiça nos leva a uma situação em que a soberania popular se vê tutelada pelos aparato judicial.

Esse estado de coisas é corolário de uma campanha de criminalização da Política, de associação da atividade pública às práticas de corrupção, como se estas se restringissem à esfera do Estado. Por contraste, o “Mercado” seria representante da virtude, como denunciado pelo sociólogo Jessé Souza, em *A Elite do Atraso*. Nesse quadro, o debate público é substituído pela “competência técnica”, a Política pela “gestão”. A filósofa Marilena Chauí argumenta que todas as esferas da vida se reduzem a uma fórmula empresarial: o “marketing pessoal”, o “networking”, a “gestão da carreira”, tudo isso mediado pelo princípio da concorrência, aqui chamado “meritocracia”. Enfim, o cidadão, o sujeito de direitos e portador de um discurso, é substituído pelo “empresário de si mesmo”, em permanente concorrência e detentor de um “capital humano”. E a imposição dessa mentalidade que atomiza os indivíduos é a marca totalitária do neoliberalismo.

Indústria 4.0

Enquanto isso, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, o que se vê é a emergência de um novo paradigma, a chamada Indústria 4.0. Combinando as mais avançadas tecnologias, como genética, nanotecnologia, internet das coisas, big data, computação em nuvem, entre outras, a Indústria 4.0 se apresenta como uma verdadeira revolução das forças produtivas.

Ainda que, com a emergência desse novo paradigma sejam criadas novas ocupações, estima-se que estes novos postos de trabalho criados não farão frente àqueles eliminados pela transformação tecnológica, conforme estimativas do próprio Fórum Econômico Mundial.

Portanto, de uma perspectiva social, é possível antever os efeitos adversos que tamanha mudança deverá provocar. A tendência é de aumento do desemprego e, conseqüentemente das formas precarizadas de trabalho, potencialmente enfraquecendo o poder de barganha e de organização da classe trabalhadora. Por outro lado, os setores que mantiverem seus empregos tendem

a se identificar cada vez mais com o capital, seja pelos altos salários pagos pela elevada qualificação desses trabalhadores, seja pela captura de sua subjetividade.

Na condição de setor de vanguarda na acumulação capitalista e de intensiva utilização de tecnologia, o setor bancário já manifesta algumas dessas tendências. De fato, o setor já foi, e continua sendo, palco do desemprego tecnológico. Ademais, podem ser apontados importantes movimentos no sentido da mudança da composição social da categoria bancária, somados a intensas campanhas para a captura da subjetividade do trabalhador pelas instituições financeiras, que resultam em um desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho, a favor do primeiro.

“Toyotismo financeiro”

Um dos vetores pelos quais a subjetividade do trabalhador bancário é capturada se refere à forma de organização do trabalho. A organização na forma de “produção enxuta” adotada nas fábricas da Toyota, que ficou conhecida como toyotismo, se disseminou pela indústria automobilística e chegou mesmo a outros setores do capitalismo - ao setor financeiro, inclusive.

Além de uma forma de produzir que procura evitar desperdícios (redução dos estoques, por exemplo), o toyotismo se caracteriza pela criação de uma rede de empresas fortemente integradas, as quais mantêm uma relação de hierarquia, em que a “empresa principal” se vale dos produtos e serviços fornecidos pelas “empresas satélite”, o que já cria uma certa distinção entre os trabalhadores dessas empresas. Movimento análogo pode ser observado no ramo financeiro, em que os grandes bancos, na condição de “empresas principais”, controlam uma miríade de “empresas satélite”, tais como financeiras, seguradoras, operadoras de cartão de crédito, etc. De modo que, embora todos os trabalhadores dessas empresas trabalhem para os bancos, em última instância, nem todos se organizam e são representados como bancários.

As características do toyotismo, porém, não se resumem à “produção enxuta” e à articulação entre as empresas principais e satélites, mas chegam mesmo – e este é o ponto que queremos destacar – nas formas pela qual o trabalhador se insere na relação com o capital e com os demais trabalhadores.

Nesse aspecto, o toyotismo apresenta como marca a organização dos trabalhadores em equipes, nas quais estes devem ser polivalentes, dando conta de uma série de tarefas diversas. Mais que isso, os trabalhadores são instados a colaborar com a empresa, sugerindo melhorias no processo de trabalho. À primeira vista, esses elementos parecem indicar um enriquecimento da experiência do trabalho, que deixa de ser uma atividade

monótona e embrutecedora, e passa a ser um ofício que mobiliza o melhor da capacidade e da subjetividade de cada trabalhador.

Pois é justamente nesse ponto que residem os elementos perniciosos do toyotismo. Ao organizar os trabalhadores em equipes, resulta disso que uma falha ou insucesso individual se reflete num fracasso coletivo. Nessa forma de organização, os “capatazes” são cada vez menos necessários, uma vez que a disciplina do trabalho é internalizada, dado que nenhum trabalhador quer ser responsabilizado pelo fracasso do grupo. Não deixa de ser sintomático que o termo “equipe” seja tão insistentemente empregado no ambiente bancário (pelo menos essa é a realidade na CEF).

E, por sua vez, o apelo insistente para que o empregado participe sugerindo melhorias no processo de trabalho, se por um lado oferece a ele uma perspectiva de “realização pessoal” ao ver sua sugestão adotada, por outro lado cria uma “zona cinzenta” entre os interesses antagônicos do trabalhador e do capital, permitindo que estes se identifiquem (mais uma vez, citando exemplos da experiência na CEF, não foram poucos os colegas que defenderam que a empresa deveria realmente reduzir o quadro de empregados). Eis o “novo espírito do capitalismo”, na expressão de Luc Boltanski e Ève Chiapello.

Resulta, portanto, que o “toyotismo financeiro” vem sendo utilizado pelos bancos como uma poderosa arma de divisão da categoria bancária, bem como do enfraquecimento do antagonismo de classe, por meio da internalização da disciplina do trabalho e da captura da subjetividade dos trabalhadores.

Propostas

Diante do exposto, apresentamos as seguintes propostas de ação:

Lutar pela liberdade de organização da classe trabalhadora

Dado que, na prática, o imposto sindical foi praticamente inviabilizado, muitos têm defendido a recriação da contribuição, a fim de garantir uma fonte importante para o financiamento das atividades sindicais.

Em que pese a relevância do imposto sindical para o financiamento das entidades sindicais, nos parece que ao invés de direcionar a luta para a recriação do tributo –luta com poucas chances de êxito, ao que tudo indica–, seria mais acertado direcioná-la no sentido de garantir a liberdade de organização da classe trabalhadora, de modo a diminuir a interferência do Estado sobre as entidades sindicais.

Com a supressão da unicidade sindical e do controle das cartas sindicais pelo Estado, os sindicatos devem gozar de maior flexibilidade para organizar os trabalhadores e, o que é mais importante, ampliar suas possibilidades de atuação nas lutas de caráter marcadamente classistas, que transcendem as demandas de uma categoria em particular e se identificam com os interesses da classe trabalhadora em geral.

Considerando a velocidade das mudanças que têm ocorrido –e devem se intensificar– no mundo do trabalho, bem como a contundência dos ataques contra a classe trabalhadora de conjunto (retirada de direitos, reforma previdenciária, privatização de serviços públicos, etc.), entendemos que uma estrutura sindical rígida, como é a atual, implica no enfraquecimento da classe trabalhadora em sua correlação de forças com o capital, motivo pelo qual salientamos a importância da luta pela autonomia das organizações sindicais.

Organizar os desorganizados

As transformações no mundo do trabalho, por um lado, e as injustiças sociais presentes na sociedade brasileira, por outro lado, tendem a aumentar cada vez mais o contingente de trabalhadores em ocupações precárias ou por conta própria, destituídos de qualquer organização que represente os seus interesses.

Nesse sentido, entendemos que, paralelamente à luta pela liberdade de organização sindical, cujo êxito permitiria representar formalmente esses trabalhadores em situação precária, seria fundamental a ação do Sindicato no sentido de organizar esses setores, dentro das possibilidades dadas atualmente.

Dada a precariedade desses grupos, o apoio à organização poderia se dar das maneiras mais elementares, como no fomento à inclusão produtiva, à capacitação para o trabalho, à elevação da escolaridade, entre outras. Por exemplo, identificado um grupo de catadores de material reciclável, poder-se-ia dar o apoio material, ou o suporte jurídico, para sua formalização.

E, a partir desse primeiro contato, seria possível estabelecer junto a esses grupos formas embrionárias de organização sindical, promovendo a conscientização desses trabalhadores sobre sua inserção na dinâmica capitalista atual e as formas de lutar por direitos e melhorias em suas condições de vida.

Disputar a subjetividade do trabalhador bancário

Diante das campanhas ostensivas realizadas pelas empresas, de forma a ganhar a adesão de seus públicos internos, faz-se necessária e urgente a adoção de estratégias para a disputa da subjetividade do trabalhador bancário.

Nesse sentido, há que se reconhecer o esforço do Sindicato na busca por se apropriar de novas modalidades de comunicação, como o canal no YouTube e a lista de distribuição no WhatsApp.

Porém, nos parece necessário ir além e fortalecer a presença nas redes sociais, utilizando-se dos meios disponíveis para o impulsionamento das informações, da narrativa e da visão de classe representada pela entidade sindical.

Além disso, conhecer bem o trabalhador bancário, seus gostos e interesses, e propor atividades desportivas e culturais aderentes a essas inclinações, também é uma importante estratégia. Mais uma vez, reconhecemos que essa prática já é adotada, mas entendemos que seria importante intensificá-la e criar uma rotina em que o bancário/financeiro/cooperativário frequente efetivamente o sindicato, e incorpore a vida sindical à sua rotina, podendo adotar valores outros que aqueles que são transmitidos diariamente na empresa e identificados com o capital.

Fortalecer a organização de base e por local de trabalho

A exemplo do que ocorre nos bancos públicos, em que existe a figura dos delegados sindicais, entendemos como de suma importância criar instrumentos que possibilitem a organização dos trabalhadores por local de trabalho.

Certamente, não se deve contar com a colaboração voluntária dos bancos nesse sentido, mas é possível organizar fóruns (a exemplo do presente Congresso) na qual seja encorajada a participação de colegas da base de todas as instituições financeiras. E, a partir desses fóruns, pode se estabelecer uma rede de contatos com e

entre esses bancários, que podem vir a se constituir em um canal de relacionamento dos seus respectivos locais de trabalho com o sindicato. Ganha-se em capilaridade e em nível de organização.

Isso sem mencionar que esse tipo de intercâmbio periódico se constitui em um importante espaço de formação e de difusão de informações, fortalecendo uma narrativa contra-hegemônica capaz de oferecer resistência à ideologia hegemônica do capital.

Defender as liberdades democráticas

Por último, mas não menos importante, entendemos que compete às entidades sindicais, em conjunto, e ao Sindicato dos Bancários de Campinas e Região, em particular, manter-se na luta em defesa das liberdades democráticas, as quais sofreram duros golpes nos últimos anos e se vêem fortemente ameaçadas pelo grupo político vencedor das últimas eleições presidenciais – e que obteve também espaço considerável no parlamento.

É preciso repudiar qualquer tentativa de impor a censura à atividade docente, bem como de criminalizar movimentos sociais que lutam por causas justas, taxando-os como organizações terroristas.

É imprescindível defender as liberdades elementares de movimentação, de reunião e de organização, rechaçando qualquer tese falaciosa que defenda a restrição dessas liberdades como condição para a paz social ou para a estabilidade econômica.

Pois entendemos que só haverá paz social ou desenvolvimento econômico se houver a efetiva oportunidade de o povo participar política e economicamente da vida nacional. E as entidades sindicais têm um papel fundamental para a realização desse objetivo.

Regimento Interno do VI Congresso dos Bancários, Financeiros e Cooperativistas de Campinas e Região*

I - DOS OBJETIVOS DO CONGRESSO.

Artigo 1º - O VI Congresso dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Financeiros e Cooperativistas pertencentes a base territorial de representação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas e Região, será realizado em 24 de novembro de 2018, tendo como objetivo os seguintes temas :

- I Discutir e debater sobre a atual conjuntura política e econômica global;
- II Discutir, debater e deliberar sobre a atuação do Sindicato promotor, bem como estabelecer plano de lutas e objetivos para a categoria;
- III Avaliar, discutir, e deliberar, naquilo que for pertinente, às Campanhas Salariais dos Bancários, dos Financeiros e Cooperativistas;
- IV Discutir e debater sobre as propostas de adequação do Estatuto Social da Entidade.

II – DAS INSTÂNCIAS DO CONGRESSO

Artigo 2º - O Congresso será constituído através das seguintes instâncias:

- I Comissão Organizadora;
- II Plenária Geral.

Artigo 3º - A Comissão Organizadora será composta pelos diretores do Sindicato e caberá a ela organizar o Congresso, de acordo com o Estatuto da entidade, no seu art. 10, § 2º.

Artigo 4º - Os delegados a participarem do Congresso serão aqueles integrantes com poder de voto na plenária geral;

- I Os delegados serão obrigatoriamente sindicalizados;

- II Os trabalhadores eleitos que compõem a diretoria do Sindicato para o triênio 2016/2019 se constituem em delegados natos a participarem do Congresso;
- III Participarão como delegados aqueles que venham a ser escolhidos pelos demais associados da entidade, na proporção de 1 (um) delegado para cada 100 (cem) associados ou fração superior a 50 (cinquenta) associados;
- IV Os delegados serão eleitos segundo a classificação da empresa empregadora: banco, financeira e cooperativa de crédito. Sendo garantida a participação de no mínimo um delegado para cada segmento;
- V Os delegados representantes das Financeiras serão eleitos com base no agrupamento formado pelas empresas estabelecidas na base territorial do Sindicato;
- VI Os delegados representantes das Cooperativas de Crédito serão eleitos com base no agrupamento formado pelas cooperativas estabelecidas na base territorial do Sindicato;
- VII Os delegados bancários na cidade de Campinas serão eleitos tomando por base os principais bancos: 1) Banco do Brasil; 2) Caixa Econômica Federal; 3) Santander; 4) Bradesco e 5) Itaú/Unibanco;
- VIII Todos os demais bancos existentes em Campinas, para efeito de escolha dos delegados ao Congresso, serão considerados como um único grupamento;
- IX Nas oito regiões em que se divide a base territorial do sindicato – Sub-sede de Americana, Sub-sede de Amparo, Sub-sede de Mogi Guaçu, Sub-sede de São João da Boa Vista, Sub-sede de Indaiatuba, Sub-sede de Itatiba, Sub-sede de Paulínia e Sub-sede de Valinhos – os delegados bancários serão eleitos tomando como base a área geográfica da sub-sede, independente do banco ao qual estão vinculados;
- X Aos bancários aposentados fica assegurada a participação, tendo como critério de proporcionalidade o número de sindicalizados por banco, como os bancários da ativa, mas sem considerar a cidade da base territorial para eleição de delegados;

- XI A base de cálculo para definir o número de delegados será a relação de sindicalizados em 31.08.2018;
- XII O processo para escolha de delegados será aberto à participação de todos os sindicalizados, com datas e locais previamente divulgados pela diretoria e ocorrerá no dia 09.11.2018;
- XIII O candidato a delegado ao VI Congresso dos Bancários de Campinas e Região, deve inscrever-se na secretaria da entidade, em Campinas e nas Sub-sedes Regionais. O prazo de inscrição será iniciado em 01.11 e se encerrará em 08.11.2018, às 17:00 hs;
- XIV Os candidatos a delegado que concorrerem à vaga e não forem eleitos, serão considerados suplentes de delegado, respeitando-se a ordem de votação.

Artigo 5º - Compete à comissão organizadora providenciar o local para a realização do Congresso, meios de locomoção, hospedagem dos delegados, alimentação e outras condições que sejam necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

I - Caberá a Comissão Organizadora:

- a) a recepção de teses até 14.11.2018; providenciar a sua impressão e divulgação aos participantes do Congresso;
- b) a escrituração do Congresso, com o registro das atas, dos debates e das conclusões do evento;
- c) o convite às entidades sindicais, autoridades e debatedores.

Artigo 6º - Aos delegados é garantido: o direito de voz, voto e apresentação de moções durante o Congresso.

Artigo 7º - A Plenária Geral é a instância máxima do

Congresso, responsável pela aprovação da tese e das moções apresentadas.

- I A Plenária elegerá quando de sua instalação a sua Comissão Diretiva;
- II As propostas e moções a serem apreciadas pela Plenária Geral, devem ser encaminhadas, por escrito à Comissão Diretiva, até às 10 horas do dia 24 de novembro;
- III Sempre que um tema em discussão tenha propostas divergentes, a mesa que conduzirá os trabalhos irá assegurar a defesa dos temas em debate, com tempo de 3 minutos para defesa de cada proposta;
- IV As intervenções na Plenária Geral deverão sempre obedecer a critério de inscrição, podendo a mesa diretiva propor o estabelecimento do número de inscritos;
- V As declarações de votos serão garantidas com a apresentação do crachá à mesa diretiva, antes do início do processo de votação, sendo concedido o tempo de 1 minuto por declaração;
- VI O resultado das votações será aferido por maioria simples.

Artigo 8º - Até a instalação do Congresso, caberá a Comissão Organizadora a solução de eventuais omissões existentes neste regimento, em conformidade com o art. 15 do Estatuto Social da Entidade.

Campinas, 31 de outubro de 2018

*Regimento aprovado em assembleia da categoria, realizada no dia 31 de outubro de 2018, na sede do Sindicato.



Sede:

Rua: Ferreira Penteadó, nº 460 - Centro
13010-040 – Campinas / SP

Tel: (19) 3731-2688

seeb.cps@bancarioscampinas.org.br

www.bancarioscampinas.org.br